



**Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

640  
63

**Corte Especial**

**Ação Rescisória nº 170367-3**

**Autor:** Estado de Pernambuco

**Réus:** Edith Alvim da Rocha e outros

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**Revisor:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**Relator designado para lavrar acórdão:** Des. Jones Figueirêdo Alves

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A LITERAIS DISPOSIÇÕES DE LEI - ARTS. 6º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 13/95, E 5º, XXXVI, DA CF/88. RESCISÃO DO JULGADO EMANADO DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 28635-1. NOVO JULGAMENTO DA CAUSA ORIGINÁRIA. SEGURANÇA DENEGADA. CARGA SUCUMBENCIAL NA RESCISÓRIA. DECISÃO POR MAIORIA.**

1. O acórdão rescindendo violou o arts. 6º da LC nº 13/95. E a violação consiste no fato de ter “descongelado” vantagens percebidas a título de estabilidade financeira, com fundamento na suposta existência de violação a direito adquirido dos então impetrantes.

À hipótese, no entanto, aplica-se a disciplina da LC nº 13/95 - manifestamente desconsiderada pelo acórdão rescindendo -, que, em seu art. 6º, regulamenta a forma de cálculo da estabilidade financeira no âmbito do Estado de Pernambuco, convertendo-a em parcela autônoma, incorporada à remuneração do servidor dela beneficiário, “devendo ser expressa em código próprio e convertida monetariamente, pelos seus valores correspondentes a dezembro de 1994”.

2. O julgado rescindendo também incidiu em flagrante errônea de interpretação do art. 5º, XXXVI, da CF/88 - que dispõe que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada” -, na medida em que, indiretamente, divergiu da uníssona interpretação doutrinária e jurisprudencial, relacionada ao citado artigo, de que servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico.

“O cálculo dos valores que compõem a remuneração, como gratificações, adicionais, entre outros, pode sofrer alterações promovidas a critério da Administração Pública, não sendo permitida, apenas, a redução da remuneração” (STJ, 5ª Turma, REsp 954.014, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. em 11.09.2008).

Destarte, a mudança na forma de cálculo do adicional de estabilidade financeira não ensejou violação a direito adquirido dos servidores, pois não redundou em diminuição do *quantum* de suas remunerações, e dada a circunstância de que não possuem eles direito adquirido à forma de cálculo da mencionada vantagem.

3. Finalmente, consigne-se que a Súmula 343 do STF, segundo a qual “não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”, não se tem aplicado em matéria constitucional, conforme interpretação do próprio STF, a saber:

“Cabe ação rescisória por ofensa à literal disposição constitucional, ainda que a decisão rescindenda tenha se baseado em interpretação controvertida ou seja anterior à orientação fixada pelo STF” (STF, Pleno, RE 328.812-EDcl, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 6/3/2008, DJU de 2/5/2008).

4. Pedido julgado procedente para rescindir o julgado prolatado nos autos do Mandado de Segurança nº 28635-1, com amparo na regra inscrita no art. 485, V, do CPC, pois que violou expressa disposição de Lei e da CF/88, e, procedendo ao novo julgamento da causa originária, denegar a segurança nela perseguida. Decisão por maioria.

5. Carga sucumbencial da ação rescisória, consistente no pagamento das custas processuais e da verba honorária advocatícia, esta fixada em R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a ser suportada pelos seis autores vencidos solidariamente. Decisão também por maioria.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Rescisória nº 170367-3, em que figuram como Autor o Estado de Pernambuco e como réus Edith Alvim da Rocha e outros, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, em julgar procedente o pedido para rescindir o julgado prolatado nos autos do Mandado de Segurança nº 28635-1 e, procedendo ao novo julgamento da causa originária, denegar a segurança nela perseguida, e, ainda, condenar a parte sucumbente na rescisória ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 1.000,00 (hum mil reais), tudo de conformidade com a ementa, o relatório, os votos e notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. Jones Figueiredo Alves  
Relator designado para lavrar acórdão



416  
1

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**CORTE ESPECIAL**

Ação Rescisória nº 0170367-3  
Autor: Estado de Pernambuco  
Réus: Edith Alvim da Rocha e Outros

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Ação rescisória promovida pelo , com Estado de Pernambuco base no artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil, objetivando a desconstituição do acórdão proferido pelo Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça, que concedeu a segurança perseguida pelos impetrantes, ora réus, na ação mandamental nº 28.635-1, no sentido de serem restauradas as parcelas do adicional de estabilidade financeira com os critérios de cálculo que eram adotados antes da vigência da Lei Complementar nº 13, de 30 de janeiro de 1995.

Aduz, em síntese, o autor que o acórdão vergastado deve ser rescindido por afronta expressa ao texto do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, pois inexistem razões para se sustentar a existência de direito adquirido ao benefício em face da própria natureza da relação institucional formada entre a Administração e os réus.

Assevera que a Administração pode, a qualquer tempo e em qualquer circunstância, mudar o seu Estatuto, alterar as condições de serviço público, aumentar e reduzir vencimentos , direitos e obrigações dos servidores, desde que não ofenda o mínimo de garantias constitucionais asseguradas ao funcionalismo em geral.

Alega que a Lei Complementar nº 13/95, apenas alterou a forma de reajuste das parcelas de estabilidade financeira, modificando a aberrante vinculação a um cargo ou função, para sujeitar o valor do referido adicional aos reajustes gerais que os vencimentos do servidor público sofressem. Além disso, soma que a referida LC nº 13/95 vedou a vinculação da gratificação de função aos seus respectivos símbolos, razão pela qual os réus não têm direito adquirido à forma de cálculo anterior.

Por fim, assevera ainda que, por destoar do entendimento dos Colendos STF e STJ, este Tribunal local não



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**CORTE ESPECIAL**

poderia, nem deveria, acolher o intuito exordial dos réus para julgá-lo procedente, caberia, sim, rejeitá-lo.

Arrematou a peça inicial, postulando pela concessão da antecipação dos efeitos da tutela com o fim de ser suspensa a execução do julgado, pedido esse que fora indeferido pela relatoria da época. Manejado agravo regimental, o mesmo restou provido, por maioria.

Citados os réus, apresentaram defesa nos termos constantes às fls. 389/398, pugnando pela improcedência do pedido.

Encaminhados os presentes autos à Procuradoria de Justiça, o representante do Ministério Público lançou parecer às fls. 411/4413, opinando pela improcedência da ação.

É o que basta relatar. À revisão.

Recife, 23 de março de 2011.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**CORTE ESPECIAL**

Ação Rescisória nº 0170367-3  
Autor: Estado de Pernambuco  
Procurador: Leonardo José Carneiro da Cunha  
Réus: Edith Alvim da Rocha e Outros  
Advogado: Murilo Oliveira de Araújo Pereira  
Ministério Público: Paulo Bartolomeu Rodrigues Varejão

**RELATÓRIO**

Ratifico o Relatório de fls. 416/417, acrescentando que remetidos os autos à revisão naquela oportunidade, estes foram devolvidos, haja vista a ausência de citação de alguns réus.

Chamado o feito à ordem, foi determinada a intimação da parte autora para se manifestar sobre certidões negativas de citação lavradas às fls. 354v, 377, 379 e 381, tendo o Estado de Pernambuco se pronunciado às fls. 431.

Citados, os demandados Nivaldo de Araújo Pereira, Edith Alvim da Rocha e José Moacir de Moacir de Albuquerque Silva apresentaram contestação nos termos constantes às fls. 454/463, pugnano pela improcedência do pedido.

Às fls. 438, o demandado Fernando Couceiro Costa ratifica os termos da contestação manejada às fls. 389/398, na qual também pugna pela total improcedência da postulação do Estado de Pernambuco.

À fls. 472, houve apresentação de réplica.

Maria do Carmo Cavalcanti Guedes Alcoforado, na condição de pensionista do demandado Osmar Guedes Alcoforado, falecido em 01 de julho de 1996, conforme certidão de óbito inserida às fls. 523, apresentou contestação nos termos constantes às fls. 488/497.

Réplica à peça contestatória contida nas fls. 512/516

Reencaminhado os autos à Procuradoria Geral de Justiça, o *Parquet* reiterou a posição adotada no parecer de fls. 411/413.

03 - Resc. 0170367-3

Praça da República, s/nº, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.

542



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**CORTE ESPECIAL**

As fls. 534, esta relatoria homologou a habilitação de Maria do Carmo Cavalcanti Guedes Alcoforado, cônjuge do réu falecido, Sr. Osmar Guedes Alcoforado.

É o relatoria. À revisão.

Recife, 04 de abril de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**CORTE ESPECIAL**

Ação Rescisória nº 0170367-3  
Autor: Estado de Pernambuco  
Procurador: Leonardo José Carneiro da Cunha  
Réus: Edith Alvim da Rocha e Outros  
Advogado: Murilo Oliveira de Araújo Pereira  
Ministério Público: Paulo Bartolomeu Rodrigues Varejão

**VOTO**

Destaco que, na hipótese em apreço, a pretensão do autor se prende na alegação de que o acórdão rescindendo que concedeu a segurança perseguida pelos impetrantes, ora réus, na ação mandamental nº 28.635-1, reconhecendo o direito líquido e certo dos mesmos no sentido de terem restauradas as parcelas do adicional de estabilidade financeira, com os critérios de cálculos adotados quando de sua implantação, afronta o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

De logo, vale trazer à colação o teor do acórdão lavrado nos autos da ação mandamental, ora atacado pela presente demanda. Eis seu teor:

*"EMENTA: Administrativo e Constitucional. Estabilidade Financeira. Direito Adquirido. Lei nova que trata do congelamento do adicional de estabilidade financeira e veda a sua vinculação a símbolo, padrão ou valor de representação do cargo comissionado ou função gratificada, viola direito líquido e certo adquirido e incorporado ao patrimônio do servidor. Decisão, por maioria".*

Analisando o voto condutor do ilustre Des. Ed'Ek Gonçalves Lopes, relator do Mandado de Segurança nº 28.635-1, tem-se que a segurança fora concedida considerando o entendimento jurisprudencial desta Corte de Justiça na época do seu julgamento, valendo trazer à colação fração de seu posicionamento. Veja-se:

*"Meritoriamente, entendo que procede a segurança impetrada. Ao exame dos atos de aposentadoria dos impetrantes, observa-se que eles conquistaram o direito à estabilidade financeira, com a agregação da gratificação de representação aos seus proventos devidamente homologados pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em época precedente à*



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**CORTE ESPECIAL**

*edição das Leis nºs. 11.200 e 13/95 (esta Lei Complementar) ambas de 30.01.95. Sucede que por força do § 1º do Art. 9º da Lei nº 11.200/95, o percentual da gratificação de representação passou de 100 para 120% com repercussão sobre o adicional de tempo de serviço sem que os impetrantes tenham feito jus a tal majoração em decorrência de ato omissivo da autoridade coatora. Com isso feriu uma das garantias fundamentais constitucionalmente asseguradas ao cidadão, a exemplo da regra do Art. 5º, inciso XXXVI da CF/88, no caso o direito adquirido. Tratando-se de funcionários públicos aposentados, o ato omissivo se constitui em transgressão ao preceito do art. 40, § 4º da Carta Magna em vigor, que consoante reiterada jurisprudência dos nossos pretórios, principalmente do Supremo Tribunal Federal, é auto-aplicável, porquanto lei de eficácia contida. É o caso, por exemplo, do Mandado de Segurança 91.0002033-8 em que foram requerentes Creuza Maria Aragão e Outros, Relator Des. Gilberto Gondim, julgado em 30.05.94 em que a segurança foi concedida unanimemente. Por fim nos Mandados de Segurança sob nºs. 23.386-3, requerentes: Alice Maia D'Amorim e outros, 28.243-3, requerentes: Arlindo Costa Toscano e outros, ambos julgados em 20.04.98 nos quais funcionei como Relator, em que a segurança foi concedida por maioria de votos".*

Nos presentes autos trava-se discussão a respeito da aplicabilidade ou não da Súmula 343, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe no sentido de não caber ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei quando a decisão rescidenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.

Notadamente, o Estado de Pernambuco, diante dos argumentos da parte ré, colaciona vasta jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça asseverativa quanto à não aplicabilidade da Súmula em comento quando o objeto da controvérsia for matéria de índole constitucional, na medida em que nestas hipóteses não é suficiente a interpretação apenas razoável da lei, mas sim a jurisprudência correta no âmbito do Supremo Tribunal de Justiça.

Eis o dispositivo constitucional alegado como ofendido na peça vestibular da rescisória:

"Art. 5º (...)





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**CORTE ESPECIAL**

*XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.*

Com o intuito fazer valer sua tese de afronta ao dispositivo constitucional, inclusive, colacionando vários ementários dizentes da ausência de direito adquirido do servidor público ao regime jurídico remuneratório, o autor insculpe na peça arial a alegação que passo a transcrever:

*"Por destoar desse cediço entendimento dos Colendos STF e STJ, esse Egrégio TJPE não poderia, nem deveria, acolher o instituo exordial dos ora Réus para julgá-lo procedente; deveria, isso sim, rejeitá-lo. Ora, sendo assim e na esteira do caudaloso entendimento manifestado pelo Colendo STF, a quem cabe interpretação as disposições constitucionais, não havia, como não há, violação ao princípio do direito adquirido. A toda evidência, o acórdão rescidendo, ao conceder a segurança sob o pálio de ter havido afronta ao princípio do direito adquirido, violou, data venia, o **art. 5º, XXXVI, da Carta Magna de 1988**, dando azo à propositura da presente ação rescisória, a teor do permissivo inscrito no **art. 485, V, do CPC**". (com destaque no original)*

Com efeito, observa-se que as razões postas na inicial a permitir a rescisão do acórdão hostilizado, é que não houve violação do direito adquirido dos impetrantes do Mandado de Segurança e, conseqüentemente, com a concessão, sob tal pálio, desembocou-se no ferimento do texto constitucional que reza, entre outras garantias, que a lei não prejudicará o direito adquirido.

Tenho que tais razões se afiguram como esdrúxulas. No meu entender, apenasmente, poder-se-ia invocar o ferimento do dispositivo constitucional em evidência, caso restasse inobservadas as garantias estampas no texto constitucional e não, a *contrário sensu* como pretendido pelo Estado de Pernambuco.

Asseverar que falta aos impetrantes, ora réus, direito adquirido de manter os valores correspondentes às suas respectivas estabilidades financeiras com os critérios de cálculos adotados quando das implantações, nada mais é do que tentar revigorar matéria já acobertada pelo manto da coisa julgada. A afirmação de carência de direito adquirido, é matéria que caberia nas informações



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**CORTE ESPECIAL**

prestadas no *Mandamus* ou nos vários recursos permitidos por lei. Mas, no meu entender, é inservível para rescindir o ato sentencial do colegiado do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis desta Corte.

A toda verdade, e isso se deduz das próprias alegações insertas na inicial, é que houve uma suposta inobservância por parte do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal, no que diz respeito à Lei Complementar nº 13/95, a qual alterou a forma de reajuste da parcela referente à estabilidade financeira dos réus. Veja-se a seguinte fração:

*"A Lei Complementar Estadual nº 13/1995 alterou a forma de reajuste das parcelas de estabilidade financeira, modificando a aberrante vinculação a um cargo ou função, para sujeitar o valor do referido adicional aos reajustes gerais que os vencimentos do servidor público sofressem. Além disso, a referida LC nº 13/1995 vedou a vinculação da gratificação de função aos seus respectivos símbolos, razão pela qual os Réus não têm direito adquirido à forma de cálculo anterior. Como se observa, impõe-se, data venia, rescindir o acórdão do 1º Grupo de Câmaras Cíveis desse Egrégio TJPE para, ao final, rejeitar a pretensão dos Réus de ter sua gratificação de função eternamente vinculada à respectiva simbologia, diante da expressa vedação legal".*

Assim, infere-se que, na verdade, o Estado de Pernambuco invoca afronta ao texto constitucional tão somente com a finalidade de se evitar a aplicação da Súmula 343/STF, pois demonstra incongruência entre o julgado hostilizado e a Lei Complementar nº 13/95, que quer fazer valer para alterar a fórmula dos cálculos relativos à estabilidade financeira dos réus.

Assim, no caso concreto, tenho como aplicável a Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal. Como visto alhures, a decisão proferida pelo colegiado formador do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis, foi fundamentada na jurisprudência da época do julgamento da ação mandamental e a posterior mudança de posicionamento dos Tribunais Superiores, não autoriza a manobra rescisória fundamenta no inciso V, do art. 485, do CPC. Vejam-se os ementários:



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**CORTE ESPECIAL**

*"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO RESCISÓRIA - INTUITO MANIFESTO DE REAPRECIÇÃO DA SÚPLICA - UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL PARA DESCONSTITUIR A COISA JULGADA - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 343 DO STF - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO NOBRE. INCONFORMISMO DA MUTUÁRIA. 1. Não é cabível ação rescisória por violação a literal dispositivo de lei, na hipótese em que visa desconstituir decisão rescindenda que se utilizou de uma dentre as interpretações possíveis ou de interpretação analógica. Precedentes do STJ. 2. A posterior mudança de interpretação jurisprudencial da aplicação da norma jurídica não autoriza, de per si, a rescisória fundada no art. 485, inc. V, do CPC, ou seja, a desconstituição da coisa julgada. Incidência da Súmula n.º 343 do STF. 3. Agravo regimental desprovido. AgRg no REsp 1038564 / SC. Quarta Turma. 22.03.2013. Rel. Ministro MARCO BUZZI".*

*"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. FATO INCONTROVERSO: APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. PRAZO DECADENCIAL. MODIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. SÚMULA 343/STF. AUSÊNCIA DE QUALQUER UM DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC. MULTA. (...)5. Mas, a posterior mudança de interpretação da aplicação da norma não autoriza a rescisória fundada no art. 485, inciso V, do CPC, ou seja, a desconstituição da coisa julgada; entendimento este sufragado na exegese da Súmula 343 do STF: "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais". 6. Na verdade, a embargante pretende ver aplicada à decisão que transitou em julgado o novo entendimento jurisprudencial perfilhado nesta Corte, o que é inadmissível, porque, após o trânsito em julgado, a lei beneficia a segurança jurídica em lugar da justiça, conforme já ressaltado nos acórdãos anteriormente prolatados. 7. Aplicação da multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, a embargante, nos termos do parágrafo único do art. 538 do CPC. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa. EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 80414 / RS. Segunda Turma. 28.11.2012. Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS".*

*"RECURSO ESPECIAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DA RESCISÓRIA. SÚMULA 343 DO STF.*



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**CORTE ESPECIAL**

*AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 385, V, DO CPC. ESCOLHA DE JURISPRUDÊNCIA MENOS FAVORÁVEL AO RECORRENTE NÃO CONFIGURA VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. SÚMULAS 07 DO STJ E 389 DO STF. 1. Pacífico o entendimento jurisprudencial da Corte Especial deste STJ no sentido de que o Recurso Especial interposto em sede de ação rescisória deve cingir-se ao exame de eventual afronta aos pressupostos desta demanda, não, aos fundamentos do julgado rescindendo (REsp 1104196/RN e AgRg no REsp 873.570/SP). 2. A propositura da ação rescisória com base na violação de lei (inc. V do art. 485 do CPC) somente tem trânsito quando a decisão rescindenda tenha conferido interpretação que viole frontalmente o dispositivo legal, o que não foi o caso. Súmula 343 do STF. 3. A escolha pelo Tribunal 'a quo' de corrente jurisprudencial menos favorável ao recorrente não configura a alegada violação do dispositivo legal indigitado. 4. Honorários Sucumbenciais. Súmulas 07 do STJ e 389 do STF RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. REsp 1191544 / RJ. Terceira Turma. 03.11.2010. Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO".*

*"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. MERCADORIA ADQUIRIDA NO EXTERIOR. REPARAÇÃO DE DANO. OBRIGAÇÃO DA EMPRESA NACIONAL. ARTIGO 485, V, DO CPC. ENUNCIADO 343/STF. I - Somente se justifica a rescisão baseada no artigo 485, V, do Código de Processo Civil quando a lei é ofendida em sua literalidade, ensejando exegese absurda; não, quando é escolhida uma interpretação dentre outras também possíveis, como se verifica na hipótese em análise, em que se discute a possível responsabilização da empresa Panasonic sediada no Brasil, por defeito apresentado em produto dessa marca adquirido no exterior, devendo prevalecer, por isso, a segurança jurídica representada pelo respeito à coisa julgada. II - "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais" (enunciado 343 da Súmula/STF). Pedido rescisório improcedente. (AR 2.931/SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, SEGUNDA SEÇÃO, DJ 01/02/2006".*

*"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. MATÉRIA PACIFICADA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 485, INCISO V, DO CPC. VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. INOCORRÊNCIA. 1. Por não se tratar de sucedâneo de recurso, a ação rescisória fundada no art. 485, inciso V, do CPC*



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**CORTE ESPECIAL**

*só tem lugar em casos de flagrante transgressão à lei. 2. O fato de o julgado haver porventura adotado a interpretação menos favorável à parte, ou mesmo a pior dentre as possíveis, não justifica o manejo daquela demanda. Não se cuida de via recursal com prazo de dois anos. 3. É incabível ação rescisória calcada no art. 485, inciso V, do CPC quando o aresto rescindendo decide a lide no mesmo sentido de jurisprudência pacificada em Tribunal Superior. Precedentes. 4. Processo extinto sem resolução do mérito. AR 2.261/PE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2006, DJ 05/02/2007".*

Destarte, resta patente que a parte autora utiliza-se da presente ação rescisória de forma irregular, vez que, ação de tal natureza não pode ser usada como sucedâneo de recurso e nem se destina a corrigir eventual injustiça de decisão. Constitui, sim, demanda de natureza excepcional, de sorte que seus pressupostos devem ser observados com rigor, sob pena de ser transformada em espécie de recurso para rever decisão já ao abrigo da coisa julgada.

Ante o exposto, tendo em vista que a pretensão do demandante subsume-se à rediscussão de matéria acobertada pela preclusão *pro judicato*, voto no sentido de julgar improcedente a presente ação rescisória, condenando a parte autora em honorários advocatícios no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a ser pago individualmente a cada patrono da parte requerida.

Ainda, observo que a parte autora requereu desistência da ação relativamente à demandada Maria Isabel Rocha Farias, pelo que, voto no sentido de homologar o referido pedido, extinguindo o feito em relação a mesma, com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.

É como voto.

Recife, 11 de 11 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

**CORTE ESPECIAL**

**AÇÃO RESCISÓRIA N.º 170.367-3**

**AUTOR:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**RÉUS:** EDITH ALVIM DA ROCHA e OUTROS

**RELATOR:** DES. JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

**REVISOR:** DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

**VOTO DE REVISÃO**

O Estado de Pernambuco ajuizou esta ação rescisória, com fundamento no art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil, objetivando rescindir acórdão do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis que, por maioria de votos, nos autos do Mandado de Segurança nº 28.635-1, concedeu a segurança aos Impetrantes, a fim de que fosse garantido o direito adquirido a forma de cálculo de gratificação incorporada aos seus vencimentos, em razão da suposta inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 13/95 e da Lei nº 11.200/95.

O referido acórdão rescindendo que, por maioria de votos, concedeu a segurança foi ementado nos seguintes termos:

EMENTA: Constitucional e Administrativo - Servidor Público Estadual Aposentado. Estabilidade Financeira. Norma que estabelece redução ou congelamento de gratificação de função agregada aos proventos de aposentadoria do servidor público já homologados pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Violação aos princípios constitucionais da irredutibilidade de vencimentos, ato jurídico perfeito e do direito adquirido. Preliminares de decadência e de extinção do processo rejeitadas à unanimidade. Mérito: por maioria de votos concedeu-se a segurança.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Tenho que não prospera a ação rescisória.

Como é cediço, são restritas as hipóteses de cabimento da ação rescisória, como prevê o art. 485 do Código de Processo Civil<sup>1</sup>, não havendo espaço para interpretação extensiva.

A violação ao dispositivo legal, para fins de rescisão do julgado, nos termos do mencionado art. 485, V, do Código de Processo Civil, há que ser *frontal*, não podendo decorrer de simples interpretação do artigo de lei adversa ao interesse da parte, como tem decidido o Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL EM AÇÃO RESCISÓRIA.  
ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DA RESCISÓRIA.  
SÚMULA 343 DO STF. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO  
AO ARTIGO 385, V, DO CPC. ESCOLHA DE  
JURISPRUDÊNCIA MENOS FAVORÁVEL AO  
RECORRENTE NÃO CONFIGURA VIOLAÇÃO DE  
DISPOSITIVO LEGAL. HONORÁRIOS  
SUCUMBENCIAIS. SÚMULAS 07 DO STJ E 389 DO  
STF. 1. Pacífico o entendimento jurisprudencial da  
Corte Especial deste STJ no sentido de que o Recurso

<sup>1</sup> Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

I - se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;

II - proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;

III - resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;

IV - ofender a coisa julgada;

V - violar literal disposição de lei; [grifou-se]

VI - se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória;

VII - depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;

VIII - houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença;

IX - fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa;

§ 1º Há erro, quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido.

§ 2º É indispensável, num como noutro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

575  
Especial interposto em sede de ação rescisória deve cingir-se ao exame de eventual afronta aos pressupostos desta demanda, não, aos fundamentos do julgado rescindendo (REsp 1104196/RN e AgRg no REsp 873.570/SP). 2. A propositura da ação rescisória com base na violação de lei (inc. V do art. 485 do CPC) somente tem trânsito quando a decisão rescindenda tenha conferido interpretação que viole frontalmente o dispositivo legal, o que não foi o caso. Súmula 343 do STF. 3. A escolha pelo Tribunal 'a quo' de corrente jurisprudencial menos favorável ao recorrente não configura a alegada violação do dispositivo legal indigitado. 4. Honorários Sucumbenciais. Súmulas 07 do STJ e 389 do STF RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(STJ - REsp 1191544/RJ, Rel. Min. Paulo De Tarso Sanseverino, 3ª Turma, julgado em 21/10/2010, DJe 03/11/2010) [grifou-se]

AÇÃO RESCISÓRIA. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. NÃO-OCORRÊNCIA. ERRO DE FATO. INEXISTÊNCIA. 1. A violação da lei que autoriza o remédio extremo da ação rescisória é aquela que consubstancia desprezo pelo sistema de normas no julgado rescindendo. 2. É cediço na Corte





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

que "para que a ação rescisória fundada no art. 485, V, do CPC, prospere, é necessário que a interpretação dada pelo *decisum* rescindendo seja de tal modo aberrante que viole o dispositivo legal em sua literalidade. Se, ao contrário, o acórdão rescindendo elege uma dentre as interpretações cabíveis, ainda que não seja a melhor, a ação rescisória não merece vingar, sob pena de tornar-se 'recurso' ordinário com prazo de interposição de dois anos" (REsp 9.086/SP, Relator Ministro Adhemar Maciel, Sexta Turma, DJ de 05.08.1996; REsp 168.836/CE, Relator Ministro Adhemar Maciel, Segunda Turma, DJ de 01.02.1999; AR 464/RJ, Relator Ministro Barros Monteiro, Segunda Seção, DJ de 19.12.2003; AR 2.779/DF, Relator Ministro Jorge Scartezzini, Terceira Seção, DJ de 23.08.2004; e REsp 488.512/MG, Relator Ministro Jorge Scartezzini, Quarta Turma, DJ de 06.12.2004). 3. A doutrina encampa referido entendimento ao assentar, *verbis*: "(...) a causa de rescindibilidade reclama 'violação' à lei; por isso, 'interpretar' não é violar. Ainda é atual como fonte informativa que tem sido utilizada pela jurisprudência, a enunciação do CPC de 1939, no seu artigo 800, caput: 'A injustiça da sentença e a má apreciação da prova ou errônea interpretação do contrato não autorizam o exercício da ação rescisória'. Ademais, para que a ação fundada no art. 485, V, do CPC, seja acolhida, é necessário que a interpretação dada pelo *decisum* rescindendo seja de tal modo



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

577  
u

teratológica que viole o dispositivo legal em sua literalidade. Ao revés, se a decisão rescindenda elege uma dentre as interpretações cabíveis, a ação rescisória não merece prosperar. Aliás devemos ter sempre presente o texto da Súmula nº 343 do STF: 'Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais'. A *contrario sensu*, se a decisão rescindenda isoladamente acolhe pela vez primeira tese inusitada, sugere-se a violação." (Luiz Fux, in Curso de Direito Processual Civil, 2ª Ed., Editora Forense, Rio de Janeiro, 2004, págs. 849/850) 4. Consoante a Súmula n.º 343/STF, não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais. [...] 9. Ademais, admitir, neste momento, a discussão daquela mesma matéria não conhecida importa contornar, por via da ação rescisória, o óbice das Súmulas 282 e 356/STF. 10. Ação rescisória julgada improcedente. (AR 1.386/MG, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Seção, julgado em 27/05/2009, DJe 01/07/2009) [grifei]

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA.  
VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. ERRO  
DE FATO. DOLO DA PARTE VENCEDORA EM  
DETRIMENTO DA PARTE VENCIDA. 1. A

5



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

viabilidade da ação rescisória por ofensa à literal disposição de lei pressupõe violação frontal e direta, contra a literalidade da norma jurídica. 2. O erro de fato, que enseja a propositura da ação rescisória, não é aquele que resulta da má apreciação da prova, mas sim o que decorre da ignorância de determinada prova, face à desatenção na apreciação dos autos. 3. Não colhe a alegação de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida desconectada da realidade dos autos. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg na AR 3.427/PA, Rel. Min. Vasco Della Giustina (Des. Convocado do TJ/RS), 2ª Seção, julgado em 13/05/2009, DJe 19/05/2009) [grifou-se]

Ensina Sérgio Gilberto Porto que:

"(...) não deve ser cogitado da justiça ou injustiça da interpretação emprestada à lei na decisão, eis que esta é uma questão axiológica, mas, sim, se a decisão afrontou ou não diretamente texto legal e se tal afronta tenha influenciado decisivamente no resultado da demanda, podendo a correta aplicação modificar o julgamento."

(in Comentários ao Código de Processo Civil, vol. 6, Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 319)

Posteriormente, o mencionado doutrinador afirma que para a decisão ser capaz de ensejar a ação rescisória é necessário que:

"(...) se identifique o desprezo do julgador para com uma lei que regula a matéria (*error in procedendo*) sob



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

exame, importando tal conduta em verdadeiro atentado à ordem jurídica, ou se a decisão é repulsiva a lei (*error in iudicando*)."

(in Comentários ao Código de Processo Civil, vol. 6, Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 319)

No caso em tela não se constata violação de nenhum dispositivo legal, mas sim – justamente o contrário – interpretação judicial que vai de encontro à pretensão da parte autora.

Não se pode confundir a *violação* de que trata o inciso V do art. 485 do Código de Processo Civil com *interpretação* de dispositivo legal, tal como procedeu o Órgão Julgador do acórdão vergastado.

Na oportunidade, o então Relator, Desembargador Ed-Ek Gonçalves, entendeu que (fl. 93):

*"Ao exame dos atos de aposentadoria dos impetrantes, observa-se que eles conquistaram o direito à estabilidade financeira, com a agregação da gratificação de representação aos seus proventos devidamente homologados pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em época procedente a edição das leis nºs. 11.200 e 13/95 (esta Lei Complementar) ambas de 30.01.95.*

*Sucedendo por força do §1º do art. 9º da Lei nº 11.200/95, o percentual da gratificação de representação passou de 100 para 120% com repercussão sobre adicional de tempo de serviço sem que os impetrantes tenham feito jus a tal majoração em decorrência de ato omissivo da autoridade coatora.*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

*Com isto feriu um das garantias fundamentais constitucionalmente asseguradas ao cidadão, a exemplo da regra do art. 5º, inciso XXXVI da CF/88, no caso o direito adquirido."*

Portanto, não há nenhuma violação a dispositivo legal, mas somente interpretação da Lei Complementar nº 13/95 e da Lei nº 11.200/95 de forma *contrária* ao expendido pelo Estado, razão pela qual descabe o ajuizamento da ação rescisória.

No que respeita ao enunciado nº 343 da Súmula do Supremo Tribunal Federal<sup>2</sup>, saliento que a sua aplicação não se amolda ao caso concreto, porquanto não se cuida de matéria decidida com base em texto de interpretação controvertida – como já referido acima, a decisão rescindenda foi proferida com base no entendimento uniformizado dos Grupos das Câmaras Cíveis à época.

Vê-se, portanto, que o pedido do Estado nesta ação rescisória, muito mais do que o afastamento de alegada violação literal da lei, dirige-se rumo ao êxito da tese de mérito que quer ver reconhecida por esta Corte de Justiça, ainda que se utilizando de meio processual inadequado para tal desiderato.

Outrossim, a ação rescisória não é sucedâneo de recurso, motivo pelo qual não pode ser revista, nesta via, o acórdão proferido por ocasião do julgamento que se busca rescindir.

Por fim, entendo que a eventual mudança de entendimento não se presta para ensejar a rescisão de decisões que já transitaram em julgado, pois se constitui em argumento vulnerável.

<sup>2</sup> "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto de interpretação controvertida dos Tribunais".



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

581  
2

A mera mudança na composição dos Órgãos Julgadores (Câmaras, Grupos, etc.) pode implicar em uma nova alteração de entendimento, mas em outros processos, ou seja, para frente, jamais para retroceder. Pergunto: com essas idas e vindas de decisões no mesmo processo, como fica o instituto da segurança jurídica? Será que a cada novo posicionamento ajuizar-se-á uma ação rescisória? A se aceitar essa idéia, nunca teremos então uma decisão definitiva e nem será alcançada a indispensável segurança jurídica que deve nortear uma questão já resolvida pelo Judiciário.

A coisa julgada é elemento essencial à segurança jurídica e à confiabilidade no Poder Judiciário, tanto que encontra guarida na Constituição Federal, art. 5º, inc. XXXVI, e nos artigos 467, 468, 473 e 474, todos do CPC, devendo, portanto, ser respeitada, somente admitindo-se a rescisão em casos excepcionais, expressamente previstos no art. 485 do CPC, como bem demonstra no artigo da respeitada Ada Pelegrini Grinover:

“No balanceamento dos valores em jogo, o legislador previu expressamente, no art. 485, CPC, os casos de rescindibilidade da sentença passada em julgado. Mas, diante da relevância do instituto da coisa julgada, tais casos devem ser estritamente aplicados, com especial rigor.

Em suma, a interpretação das normas excepcionais que regem a ação rescisória não pode ser extensiva, sob pena de comprometer-se o equilíbrio social, econômico e político da nação”.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

(in Ação Rescisória e Divergência de Interpretação em  
Matéria Constitucional, publicado na Revista de  
Processo nº 87, Ed. RT, pp. 37/47)

Face ao exposto, em consonância com o parecer de fls. 411/413 da  
Procuradoria Geral de Justiça, julgo improcedente a presente ação  
rescisória.

Condeno o Autor ao pagamento das custas processuais e dos  
honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 1.000,00 (um mil reais), a  
teor do art. 20, § 4º, do CPC.

É como voto.

Recife, 11 de Novembro de 2013.

  
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho  
Revisor



**Poder Judiciário**  
**Estado de Pernambuco**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

---

**Corte Especial**

**Ação Rescisória nº 170367-3**

**Autor:** Estado de Pernambuco

**Réus:** Edith Alvim da Rocha e outros

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**Revisor:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**VOTO-VISTA**

A rescisória fundamenta-se na eventual violação do julgado a literais dispositivos de lei (art. 485, V, do CPC).

Segundo a parte autora, o art. 6º da LC nº 13/95 não padece das inconstitucionalidades apontadas na decisão rescindenda, notadamente a de violação a direito adquirido do servidor público.

Ao que se extrai da leitura da inicial, a decisão teria violado o preceito constitucional do direito adquirido, ou melhor, teria dado interpretação divergente a tal garantia, na medida em que, repita-se, o servidor público não tem direito adquirido à forma de cálculo da remuneração, que pode, sim, ser alterada pela Administração, desde que não acarrete decesso remuneratório.

O preceito constitucional invocado está expresso no art. 5º, XXXVI, da CF/88.

Entendo que tal afronta existe sim e dá ensejo à rescisão do julgado.

O mandado de segurança originário foi impetrado contra ato supostamente ilegal da autoridade coatora, que teria "congelado" o adicional de estabilidade financeira percebido pelos servidores, impetrantes, não se lhes aplicando a correção de que trata a Lei nº 11.200, de 30 de janeiro de 1995 (v. fls. 20/29).

O acórdão – ora rescindendo –, com fundamento na existência de violação a direito adquirido dos impetrantes, findou por "descongelar" as vantagens percebidas a título de estabilidade financeira, afrontando, às escâncaras, o art. 6º da LC nº 13/95.

À hipótese se aplica, sem dúvida, a disciplina da LC nº 13/95 – manifestamente descon siderada pelo acórdão rescindendo –, que, em seu art. 6º, regulamenta a forma de cálculo da estabilidade financeira no âmbito do Estado de Pernambuco, convertendo-a em parcela autônoma, incorporada à remuneração do servidor dela beneficiário, "expressa em código próprio e convertida monetariamente, pelos seus valores correspondentes a dezembro de 1994".





Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

---

A propósito, afigura-se indiscutível a constitucionalidade da citada Lei Complementar, e essa constitucionalidade já foi reiteradas vezes pronunciada pelo e. STF.

O julgado rescindendo incidiu em flagrante errônea de interpretação do art. 5º, XXXVI, da CF/88, na medida em que, indiretamente, divergiu da uníssona interpretação doutrinária e jurisprudencial, relacionada ao citado artigo, de que servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico.

"O cálculo dos valores que compõem a remuneração, como gratificações, adicionais, entre outros, pode sofrer alterações promovidas a critério da Administração Pública, não sendo permitida, apenas, a redução da remuneração" (STJ, 5ª Turma, REsp 954.014, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. em 11.09.2008).

Aliás, como bem rememorado pelo eminente Des. Jorge Américo Pereira de Lira, em recente julgado desta e. Corte, proferido em sessão do mês de julho deste ano, o Supremo Tribunal federal, em sede de julgamento com repercussão geral, já consolidou o entendimento de que "não constitui ofensa a direito adquirido o disposto no art. 6º, § 1º, da Lei Complementar nº 13/95, que transformou o adicional de estabilidade financeira assegurado aos servidores inativos em parcela autônoma, vedando a sua vinculação (v. STF, RE n. 563.965/RN – com repercussão geral, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carmem Lúcia, julgado em 29.02.2007)" (TJPE, Corte Especial, Ação Rescisória 127601-3, julgada em 29/7/2013).

Destarte, a mudança na forma de cálculo do adicional de estabilidade financeira não ensejou violação a direito adquirido dos servidores, pois não redundou em diminuição do *quantum* de suas remunerações, e dada a circunstância de que não possuem eles direito adquirido à forma de cálculo da referida vantagem, nos termos dos precedentes citados.

Finalmente, é relevante consignar que a Súmula 343 do STF, segundo a qual "não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais", não se tem aplicado em matéria constitucional, conforme interpretação do próprio Supremo Tribunal Federal.

Confira-se: "Cabe ação rescisória por ofensa à literal disposição constitucional, ainda que a decisão rescindenda tenha se baseado em interpretação controvertida, ou seja, anterior à orientação fixada pelo STF" (STF, Pleno, RE 328.812-EDcl, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 6/3/2008, DJU de 2/5/2008).

Cabível, assim, a rescisão do julgado.



**Poder Judiciário**  
**Estado de Pernambuco**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

---

Em arremate, trago à colação os seguintes acórdãos de ações rescisórias julgadas nesta c. Corte nos últimos anos, relacionados à matéria em comento, i.e., à incidência da Lei Complementar nº 13/1995 sobre o adicional de estabilidade financeira.

Em todos os julgados adiante citados, esta Corte decidiu, algumas vezes por maioria, outras à unanimidade, pela procedência da rescisória.

Confira-se:

"EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINARES. INÉPCIA DA INICIAL E DECADÊNCIA. REJEITADAS, À UNANIMIDADE. MÉRITO. VIOLAÇÃO A LITERAIS DISPOSIÇÕES DE LEI - ARTS. 6º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 13/95, 5º, XXXVI, E 37 DA CF/88. RESCISÃO DO JULGADO PROLADADO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24293-7. NOVO JULGAMENTO DA CAUSA ORIGINÁRIA. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO POR MAIORIA.

1. (...)

3. Mérito

3.1. (...)

3.2. Por outro lado, o acórdão violou os arts. 6º da LC nº 13/95, 5º, XXXVI, e 37 da CF/88, dando ensejo à sua rescisão.

3.2.1. A violação do primeiro - art. 6º da LC nº 13/95 - consiste no fato de ter o aresto, a pretexto de assegurar a extensão dos benefícios concedidos aos servidores da ativa a inativos e pensionistas, "descongelado" vantagens percebidas a título de estabilidade financeira em funções gratificadas.

À hipótese, no entanto, aplica-se a disciplina da LC nº 13/95 - manifestamente desconsiderada pelo acórdão rescindendo -, que, em seu art. 6º, regulamenta a forma de cálculo da estabilidade financeira no âmbito do Estado de Pernambuco, convertendo-a em parcela autônoma, incorporada à remuneração do servidor dela beneficiário, "devendo ser expressa em código próprio e convertida monetariamente, pelos seus valores correspondentes a dezembro de 1994".

3.2.2. O julgado rescindendo também incidiu em flagrante violação ao art. 5º, XXXVI, da CF/88, que dispõe que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada", na medida em que, indiretamente, divergiu da uníssona interpretação doutrinária e jurisprudencial, relacionada ao citado artigo, de que servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico. "O cálculo dos valores que compõem a remuneração, como gratificações, adicionais, entre outros, pode sofrer alterações promovidas a critério da Administração Pública, não sendo permitida, apenas, a redução da remuneração" (STJ, 5ª Turma, REsp 954.014, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. em 11.09.2008).

Destarte, a mudança na forma de cálculo do adicional de estabilidade financeira não ensejou violação a direito adquirido dos servidores, pois não redundou em diminuição do quantum de suas remunerações, e dada a circunstância de que não possuem eles direito adquirido à forma de cálculo da mencionada vantagem.



**Poder Judiciário**  
**Estado de Pernambuco**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

3.2.3. Em afrontando os dispositivos antes mencionados (art. 6º da LC nº 13/95 e art. 5º, XXXVI, da CF/88), o julgado, em última análise, negou vigência ao princípio da legalidade, insculpido no art. 37 da Magna Carta.

3.3. Finalmente, consigne-se que a Súmula 343 do STF, segundo a qual "não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais", não se tem aplicado em matéria constitucional, conforme interpretação do próprio STF, a saber:

"Cabe ação rescisória por ofensa à literal disposição constitucional, ainda que a decisão rescindenda tenha se baseado em interpretação controvertida, ou seja, anterior à orientação fixada pelo STF" (STF, Pleno, RE 328.812-EDcl, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 6/3/2008, DJU de 2/5/2008).

3.4. Pedido julgado procedente para rescindir o julgado prolatado nos autos do Mandado de Segurança nº 24293-7, com amparo na regra inscrita no art. 485, V, do CPC, pois que violou expressas disposições de lei, e, procedendo ao novo julgamento da causa originária, denegar a segurança nela perseguida. Decisão por maioria" (TJPE, Corte Especial, Ação Rescisória nº 138652-7, Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, Rel. designado para lavrar acórdão Des. Jones Figueirêdo Alves, julgado em 22/11/2010).

**"EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. NÃO CONHECIDA. MÉRITO. DEFINIÇÃO DO CABIMENTO DA MANUTENÇÃO DO REGIME JURÍDICO À ÉPOCA CONTROVERTIDO. RECONHECIMENTO POSTERIOR DA CONSTITUCIONALIDADE DA LCE Nº 13/95 PELO STF. IMPOSSIBILIDADE DE ESTABILIDADE FINANCEIRA NOS MOLDES DA ANTERIOR LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. HONORÁRIOS FIXADOS EM 1.000,00 (MIL REAIS). AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.** 1. Não se conheceu da preliminar de inépcia, pois a análise de eventual violação de literal dispositivo de lei se confundir com o mérito. 2. A presente ação tem por objetivo rescindir acórdão, deste tribunal, que declarou a inconstitucionalidade da LCE nº 13/95, garantindo aos réus o direito de permanecerem a receber suas respectivas estabilidades financeiras nos moldes da anterior legislação, sob fundamento de direito adquirido. 3. Entretanto, o STF declarou a constitucionalidade da LCE nº 13/95, de modo a afastar a incidência de sua Súmula nº 343 no caso concreto. 4. Embora a definição do cabimento da manutenção do regime jurídico questionado fosse à época controvertido, não se pode admitir o trânsito em julgado inconstitucional, ou seja, contrário ao entendimento ora consolidado pelo STF. 5. É cabível ação rescisória por ofensa à literal disposição constitucional, ainda que a decisão rescindenda tenha se baseado em interpretação controvertida, ou seja, anterior à orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal. 6. Por considerar que a interpretação dada pelo colégio competente deste tribunal no acórdão rescindendo está em desconformidade com a interpretação do STF, com base no art. 485, V, do CPC, reconheço a procedência da ação rescisória, no sentido de reconhecer a constitucionalidade e a legalidade do regime jurídico imposto aos réus pela LCE nº 13/95. Ação à unanimidade julgada procedente" (TJPE, Corte Especial, Ação Rescisória nº 99103-9, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 26/3/2013).



**Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

---

591  
-7

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V DO CPC - LEIS ESTADUAIS Nº13/95 E 11.200/95. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA ACOLHIDA. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DA AÇÃO RESCISÓRIA NÃO CONHECIDA. PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DO FEITO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO NÃO CONHECIDA. REGIME DE SUBSÍDIO. DECESSO REMUNERATÓRIO, NÃO OCORRÊNCIA. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO, INEXISTÊNCIA. MATÉRIA DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 343 DO STF. PEDIDO RESCISÓRIO PROCEDENTE. DECISÃO POR MAIORIA" (TJPE, Corte Especial, Ação Rescisória nº 71649-2, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, Rel. designado para lavrar acórdão Des. Leopoldo de Arruda Raposo, julgado em 20/5/2013).

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. CABIMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 343 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. ADICIONAL DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. LEI COMPLEMENTAR Nº 13/95. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME LEGAL DE REAJUSTE DE VANTAGEM CORRESPONDENTE. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO. CUSTAS E HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS.

I - É cabível ação rescisória por ofensa à literal disposição constitucional, ainda que a decisão rescindenda tenha se baseado em interpretação controvertida, ou seja, anterior à orientação fixada pela Suprema Corte; restando, portanto, inaplicável à espécie o enunciado nº 343 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

II - Não constitui ofensa a direito adquirido o disposto no art. 6º, § 1º, da Lei Complementar nº 13/95, que transformou o adicional de estabilidade financeira assegurado aos servidores inativos em parcela autônoma, vedando a sua vinculação (v. STF, RE n. 563.965/RN - com repercussão geral, Tribunal Pleno, rel. Min. Carmem Lucia, julgado em 29.02.2007).

III - Por coexistirem os requisitos elencados no art. 273 do Código de Ritos, devem ser antecipados os efeitos da tutela de mérito pleiteada nos autos da presente Ação Rescisória, restando prejudicado o Agravo Regimental a esta vinculado.

IV - Consoante o disposto no art. 20 do Código de Processo Civil, impõe-se à parte ré o pagamento de custas e honorários sucumbenciais, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

V - Ação Rescisória julgada procedente para desconstituir o Acórdão rescindendo, bem como reconhecer a inexistência de direito líquido e certo aos impetrantes do Mandado de Segurança originário. Agravo Regimental tido por prejudicado em razão da antecipação dos efeitos da tutela de mérito pleiteada nos autos da Ação em apreço" (TJPE, Corte Especial, Ação Rescisória nº 127601-3, Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, Rel. designado para lavrar acórdão Des. Jorge Américo Pereira de Lira, julgado em 29/7/2013).



**Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

---

Pelo exposto, julgo procedente o pedido para rescindir o julgado em questão, prolatado nos autos do Mandado de Segurança nº 28635-1, com amparo na regra inscrita no art. 485, V, do CPC, pois que violou expressa disposição da lei e da CF/88, e, procedendo ao novo julgamento da causa originária, denegar a segurança nela perseguida.

É como voto.

Recife, 22/07/2018

  
Des. Jones Figueirêdo Alves



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar - fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

**CORTE ESPECIAL**

**AÇÃO RESCISÓRIA Nº 170367-3**

**AUTOR: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RÉU: EDITH ALVIM DA ROCHA E OUTROS**

**DES. RELATOR: JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES**

**VOTO VISTA**

Conforme relatório lançado nos autos, trata-se de Ação Rescisória, com pedido de antecipação da tutela, proposta pelo **ESTADO DE PERNAMBUCO**, em desfavor de **EDITH ALVIM DA ROCHA E OUTROS**, que visa rescindir, com fundamento no art. 485, V do CPC, acórdão lavrado nos autos do Mandado de Segurança nº 28635-1 proferido pelo 1º Grupo de Câmaras Cíveis deste egrégio Tribunal.

O referido acórdão reconheceu em favor dos réus, servidores públicos estaduais, o direito de receberem o adicional de estabilidade financeira que haviam incorporado anteriormente em percentual incidente sobre sua remuneração, afastando, conseqüentemente, a aplicação da regra prevista na Lei Complementar nº 13/95, que estabelece o pagamento do referido adicional como parcela autônoma fixa.

O autor sustenta ofensa à literal disposição contida nos art. 5º, XXXVI da Constituição Federal, ao argumento, em essência, de que servidor público não tem direito adquirido a determinado regime jurídico.

É o breve relatório.

De início, impõe-se registrar que o óbice trazido na Súmula 343/STF, segunda a qual é incabível ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei quando fundada a decisão rescindenda em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais, é afastado quando a matéria é de índole constitucional, caso dos autos.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. MATÉRIA DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N.º 343 DO STF.

1. Deve ser afastada a incidência da Súmula n.º 343 do Supremo Tribunal Federal, nos casos de ação rescisória em que se questiona matéria de natureza constitucional. Precedentes desta Corte.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

2. No caso sub examine, mostra-se patente o tema constitucional na  
ação que visa desconstituir julgado, cuja razões de decidir  
basearam-se no Princípio da preservação real do benefício,  
com a observância dos limites mínimos de equivalência (art.  
58 do ADCT c.c. o § 2º do art. 201 da Constituição  
Federal).
3. Recurso especial conhecido e provido.  
(STJ REsp 495.165/RN, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ de  
06/06/05)

AÇÃO RESCISÓRIA. ADMINISTRATIVO. MATÉRIA  
CONSTITUCIONAL. INAPLICABILIDADE DO ENUNCIADO  
Nº 343 DA SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SERVIDOR  
PÚBLICO. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO CELETISTA.  
ANUÊNIO.

1. Inaplicável o enunciado nº 343 da Súmula do Supremo  
Tribunal Federal, na medida em que o pedido de contagem  
de tempo de serviço celetista, para fins de percepção dos  
chamados anuênios, estava calcado em norma declarada  
inconstitucional pela Corte Suprema, que reconheceu o direito  
adquirido dos servidores em razão do contido no art. 100 da Lei  
nº 8.112/90 (RE nº 209.899/RN). 2. O Supremo Tribunal Federal e  
o Superior Tribunal de Justiça têm pacífico entendimento que  
a Lei nº 8.162/91 não pode retroagir para alcançar fatos  
anteriores à sua vigência, tal como vedar o cômputo do  
tempo de serviço prestado sob o regime celetista, para o  
recebimento de anuênios e licença-prêmio por assiduidade  
pelos servidores que, à época da lei instituidora do Regime  
Jurídico Único, já haviam adquirido o direito aos benefícios. 3.  
Ação procedente.  
(STJ AR 1.001/RN, Rel. Min. Paulo Gallotti, Terceira Seção, DJe  
03/03/09)

No tocante ao mérito, tem-se que a decisão rescindenda contraria  
a pacífica orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do  
Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual servidor público não tem direito  
adquirido à manutenção de regime jurídico funcional, sobretudo no que  
tange a remuneração, desde que as alterações não impliquem redução de  
seu quantitativo final. Entendimento este que já era pacificado à época do  
julgamento do mandado de segurança cujo acórdão se pretende rescindir.  
Vejamos:



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FUNCIONARIOS. TETO DOS PROVENTOS NO AMBITO DE CADA PODER. LEGALIDADE.

1. A CONSTITUIÇÃO ESTABELECE-SE - ART. 37, XI - UM COMANDO PARA QUE A LEI FIXE O VALOR MAXIMO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DENTRO DO AMBITO DE CADA PODER. ASSIM, NO EXECUTIVO, A RECEBIDA PELO MINISTRO DE ESTADO; NO LEGISLATIVO, OS SUBSIDIOS DOS PARLAMENTARES E, NO JUDICIARIO, OS VENCIMENTOS PERCEBIDOS PELOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DE OUTRA PARTE, O ARTIGO 17 DO ADCT MANDA QUE OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA PAGOS EM DESACORDO COM ESSES TETOS SEJAM IMEDIATAMENTE REDUZIDOS AOS LIMITES DECORRENTES, SEM QUE SE POSSA INVOCAR DIREITO ADQUIRIDO OU REDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. PORTANTO, SE OS IMPETRANTES ERAM SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, O TETO A SER OBEDECIDO E A REMUNERAÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO.

2. INEXISTENCIA DE ILEGALIDADE OU DE ABUSO DE PODER, SE A AUTORIDADE CINGE-SE A CUMPRIR OS ESTRITOS LIMITES TRAÇADOS NA LEI, OBEDECIDO O TETO MAXIMO DA REMUNERAÇÃO ATRIBUIDA A MINISTRO DE ESTADO.

3. PRECEDENTES.

4. SEGURANÇA DENEGADA.

(STJ – MS 2.306/DF, Rel. Ministro Jesus Costa Lima, Terceira Seção, julgado em 02/09/1993, DJ 11/10/1993, p. 21279).

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. NOVO CÓDIGO DE VENCIMENTOS. DIREITO ADQUIRIDO. IRREDUTIBILIDADE DE REMUNERAÇÃO. - SE A LEI NOVA, AO DISCIPLINAR O REGIME DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS, OU DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA, NÃO IMPLICA DECESSO, VALE DIZER, NÃO PROVOCA REDUÇÃO DOS MESMOS, INEXISTE VIOLAÇÃO AO PRINCIPIO DO DIREITO ADQUIRIDO, POSTO A GARANTIA CONSTITUCIONAL NÃO ALCANÇA O REGIME JURÍDICO. - RECURSO CONHECIDO, MAS QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(STJ – RMS 4.957/GO, Rel. Ministro José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 12/11/1996, DJ 16/12/1996, p. 50892).

CONSTITUCIONAL. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. QUINTOS. INCORPORAÇÃO. NOMEAÇÃO NA MAGISTRATURA. VANTAGEM NÃO PREVISTA NO NOVO REGIME JURÍDICO (LOMAN). INOVAÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA.





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

1. O Supremo Tribunal Federal já pacificou entendimento de que descabe alegar direito adquirido a regime jurídico. Precedentes.
2. Preservação dos valores já recebidos em respeito ao princípio da boa-fé. Precedentes.
3. Agravo regimental parcialmente provido.  
(STF – AI410946 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 17/03/2010, DJe- 81 DIVULG 06/05/2010 PUBLIC 07/05/2010 EMENT VOL – 02400-05 PP-00949).

No caso em comento, não existe qualquer controvérsia nos tribunais com relação à matéria, restando sedimentado o entendimento de que **servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico**, nos termos dos precedentes já colacionados.

O acórdão rescindendo acolheu o argumento dos réus de que ao proceder a transformação do símbolo (ou padrão) dos respectivos cargos e/ou funções em que se estabilizaram financeiramente, para aqueles outros posteriormente criados pela Lei nº 11.200/1995, teria a administração afrontado o **direito adquirido**, posto que a vinculação remuneratória seria princípio basilar do instituto da estabilidade financeira e/ou das gratificações incorporadas.

No entanto, entendo que a aplicação da Complementar nº 13/95 e da Lei nº 11.200/95 não feriu o princípio da "estabilidade financeira", como alegado no mandado de segurança originário, uma vez que este visa resguardar o status financeiro da época do exercício do cargo ou função, situação essa que foi preservado integralmente pela Administração.

Não houve, no caso em análise redução do **quantum** remuneratório, como entendiam os réus. O valor do adicional, anteriormente concedido, foi mantido, passando apenas a ser reajustado de acordo com a política salarial geral dos servidores, o que foi feito com base na Lei Complementar nº 13/95 sem que tenha havido congelamento, redução ou decurso remuneratório. Portanto, totalmente de acordo com o sistema constitucional, razão por que não há que se falar em ofensa a direito adquirido.

Por fim, entendo que a decisão rescindenda incorreu em erro ao concluir que houve decréscimo salarial dos servidores – réus da presente ação rescisória - , quando, na verdade, conforme exposto, foram tão somente alteradas as formas de reajuste, tendo sido mantidos os valores dos referidos adicionais.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Nesse sentido:

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSIÇÃO DE LEI. ERRO DE FATO. OCORRÊNCIA. REGIME DE SUBSÍDIO. VANTAGEM PESSOAL. ABSORÇÃO. DECESSO REMUNERATÓRIO. NÃO OCORRÊNCIA. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. PLEITO RESCISÓRIO PROCEDENTE.

I - O servidor não tem direito adquirido a regime jurídico, notadamente aos critérios legais embasadores de sua remuneração, restringindo-se, o seu direito, à manutenção do quantum remuneratório. Precedentes do c. Supremo Tribunal Federal e desta e. Corte Superior.

II - In casu, a Lei Complementar Estadual nº 71/2000, ao converter o sistema de remuneração dos militares estaduais em subsídio, absorveu as vantagens pessoais, Pedido rescisório procedente.

(STJ – AR 3.593/MT. Rel. Ministro Felix Fischer, Terceira Seção, julgado em 14/12/2009. DJe 05/02/2010)

Em face do exposto, **voto pela procedência do pedido** para rescindir o acórdão proferido nos autos do mandado de segurança nº 28635-1, procedendo-se, em juízo rescisório, ao novo julgamento do processo originário, para denegar a segurança.

É como voto.

Recife,

Des. Leopoldo de Arruda Raposo



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

607  
L

**CORTE ESPECIAL**

**AÇÃO RESCISÓRIA Nº 170367-3**

**AUTOR: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RÉU: EDITH ALVIM DA ROCHA E OUTROS**

**RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

**VOTO VISTA**

Senhor Presidente,

Senhores Desembargadores,

Senhor (a) Procurador (a).

A lide em estudo tem origem em mandado de segurança (nº 28635-1) impetrado pela parte ora demandada em face do Secretário de Administração do Estado de Pernambuco, em 14.março.1996, cujo acórdão aqui rescindendo (fls. 244/245), concedeu a segurança requestada para “reparar a ilegalidade, por entender violação aos princípios constitucionais da irredutibilidade de vencimentos, do ato jurídico perfeito e do direito adquirido”.

Frise-se que o acórdão do ‘*mandamus*’ prolatado em **03.agosto.1998** foi atacado por Recurso Extraordinário, tendo a decisão colegiada que lhe negou provimento em data de 09.outubro.2007, **transitado em julgado em 05.dezembro.2007** (fl.314).

Cumprе esclarecer que os impetrantes/demandados, na qualidade de servidores públicos aposentados do Poder Executivo estadual, tiveram **incorporada os seus proventos de aposentadoria a gratificação de representação correspondente aos cargos em comissão por eles exercidos por determinado lapso de tempo**. Bem assim, em exame aos documentos de fls. 37/43, infere-se que a agregação da gratificação de representação dos seus proventos decorrem de Portaria da Secretaria de Administração do Estado e acórdãos devidamente homologados pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

608  
60

Defendem os impetrantes/demandados a garantia da atualização de seus proventos, com fulcro no art. 40, §4º, da CF/88<sup>1</sup>, que assegura a **isonomia entre servidores ativos e inativos**. Por sua vez, o objeto da ação mandamental aqui rescindenda (MS nº 28.6351, autuado em 14.março.1996) consiste no pedido de aplicação do disposto na **Lei 11.200, de 30.jan.1995**, cujo §1º do artigo 9º elevou de 100% para 120% o percentual de cálculo da gratificação de representação a que fazem jus os cargos em comissão, incidente sobre o valor dos respectivos vencimentos<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> CF/88 - Art. 40. (omissis)

§ 4º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98) **REVOGADO**

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

I portadores de deficiência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

II que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

<sup>2</sup> Lei nº 11.200, de 30 de janeiro de 1995 - Define a estrutura e organização do Poder Executivo Estadual, dispõe sobre a competência das Secretarias de Estado, cria a Secretaria de Cultura e dá outras providências. (Revogada pelo art.30 da Lei nº 11.629, de 28 de janeiro de 1999.)

**Art. 9º** A estrutura, denominação, o quantitativo e os símbolos dos vencimentos dos cargos de provimento em comissão da administração direta do Poder Executivo passam a ser as constantes dos anexos I e II desta Lei.

§ 1º O valor da remuneração dos cargos em comissão corresponderá ao vencimento-base fixado em Lei e mais gratificação de representação no percentual de **120% (cento e vinte por cento)**, que incidirá exclusivamente sobre o valor do símbolo do vencimento.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

603  
4

Vale frisar que a citada lei nº 11.200, de 30 de janeiro de 1995 foi **revogada e sucedida** pela **Lei 11.629, de 28.janeiro.1999**, ainda em vigor, tendo o art. 15 deste normativo **também** disposto sobre a gratificação de representação correspondente ao percentual de **120%** (cento e vinte por cento) do valor do vencimento do respectivo cargo comissionado<sup>3</sup>.

Como dito, a segurança foi **concedida**, e transitado em julgado o acórdão (05.dezembro.2007), foi **autorizada** a **IMPLEMENTAÇÃO na folha de pagamento da parcela correspondente à estabilidade**, ficando o recebimento dos valores atrasados a depender de requerimento dos impetrantes, nos termos do art. 475-B c/c 730, do Código de Ritos<sup>4</sup> (fl. 192, em **07.abril.2008**).

<sup>3</sup> **Lei nº 11.629, de 28 de janeiro de 1999** - Dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, cria e extingue cargos e dá outras providências.

**Art. 15.** Aos ocupantes dos **cargos comissionados** da administração direta, autárquica ou fundacional será paga **gratificação de representação** correspondente a **120% do valor do vencimento do respectivo cargo**.

Parágrafo único. Os servidores da Administração Estadual ou postos à disposição do Governo do Estado, quando nomeados para cargos em comissão, na administração direta ou indireta, poderão optar pelos vencimentos do seu cargo de origem, acrescido do valor correspondente à gratificação de representação, calculada na forma deste artigo.

**Art. 30.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a **Lei nº 11.200, de 30 de janeiro de 1995**, e suas alterações.

<sup>4</sup> **CPC - Art. 475-B.** Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta Lei, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo. (Incluído pela lei 11.232, de 2005)

**CPC - Art. 730.** Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras:

I - o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;

II - far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

620  
4

Na sequência (19.maio.2008), o Estado de Pernambuco manejou a Ação Rescisória em epígrafe, por **violação literal a disposição de lei** (art. 485, V, do CPC)<sup>5</sup>, alegando ofensa ao artigo 5º, XXXVI, da CF/88<sup>6</sup>, que trata do direito adquirido. Requereu concessão de liminar no sentido de determinar a **SUSTAÇÃO do cumprimento da ordem deferida no Mandado de Segurança nº 28.635-1**, e no mérito, pugna pela rescisão do acórdão concessivo da segurança, com o julgamento pela improcedência do pleito dos impetrantes/demandados.

O pleito liminar foi denegado (fls.332/334, em 30.maio.2008), sendo tal decisão atacada por Agravo Regimental (nº170367-3/01), cujo acórdão deu provimento ao recurso, por maioria de votos (fl.57), reformando a decisão agravada e **SUSTANDO a ordem de implantação em folha de pagamento da vantagem remuneratória deferida no 'mandamus' 28.635-1**.

Cumprе registrar que nos documentos colacionados às fls. 37/43, observa-se que os atos de aposentadoria dos impetrantes deram-se em face de Portaria do Exmo. Sr. Secretário de Administração do Estado e Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado, os quais, por sua vez, **declararam a legalidade das respectivas portarias**, consignando a LEGITIMIDADE da incorporação dos proventos da gratificação de representação correspondente aos cargos em comissão exercidos.

---

<sup>5</sup> **CPC - Art. 485.** A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: (omissis)

V - violar literal disposição de lei;

<sup>6</sup> **CF/88 – Art. 5º** (omissis)

**XXXVI** - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

655  
6

Neste primeiro momento, resta inconteste que o benefício da estabilidade financeira em exame foi adquirido sob a égide da legislação e entendimento jurisprudencial vigente e cujo caráter de constitucionalidade nunca foi questionado.

Neste norte, vale destacar que o art. 17 da Lei Complementar nº 13/95, expressamente resguarda os direitos adquiridos compatíveis com a Constituição Federal.

Confira-se:

**Lei complementar nº 13, de 30 de janeiro 1995**

EMENTA: Estabelece critérios e procedimentos para o cálculo da remuneração dos servidores públicos, dispõe sobre o limite de remuneração, sobre a vedação a vinculação de vencimentos e dá outras providências.

**Art. 17 - Ficam resguardados os direitos adquiridos** compatíveis com a Constituição da República Federativa do Brasil.

Bem assim, o mencionado art. 40, § 4º, da Constituição Federal prescreve a proibição de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, e o §8º do mesmo artigo assegura o reajustamento dos benefícios para preservá-los, **em caráter permanente, o VALOR REAL**, conforme critérios estabelecidos em lei<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> CF/88 – art. 40 (omissis)

§ 8º - Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15.dezembro.98) **REVOGADO**

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, **o valor real**, conforme critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.dezembro.2003)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

612  
6

Destaque-se que o citado §8º do art. 40, da Constituição Federal teve sua redação alterada pela **Emenda Constitucional nº 41 de 19.dez.2003<sup>8</sup>**, cujo artigo 7º, por sua vez, repete quase em sua totalidade os termos da redação originária do §8º do art. 40, registrando, expressamente, que os proventos de aposentadoria dos servidores públicos e as pensões dos

<sup>8</sup> **Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003** - Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

**Art. 7º** Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, **serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se MODIFICAR a remuneração dos servidores em atividade, sendo também ESTENDIDOS aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, INCLUSIVE quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.**

**Art. 3º** É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

**CF/88 - Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (*omissis*)

**XI** - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

dependentes abrangidos pelo art. 3º da EC 41/03 "serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se MODIFICAR a remuneração dos servidores em atividade, sendo também ESTENDIDOS aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, INCLUSIVE quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei".

Dentro deste cenário, e em deferência ao princípio da supremacia da constituição, teimo em discordar da tese de que não existe direito adquirido a regime jurídico, e o faço com amparo na letra da Carta Maior, que garante aos servidores inativos a preservação da correspondência remuneratória com os servidores em atividade ocupantes do cargo no qual se aposentaram, seja conforme a nova redação do parágrafo 8º, do artigo 40, da CF/88, seja em consonância com o citado artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

De outro aponte, de acordo com pacífico posicionamento da Corte Superior, a violação à lei, para justificar a procedência da demanda rescisória nos termos do art. 485, inc. V, do CPC, deve ser de tal modo evidente que afronte o dispositivo legal em sua literalidade, ou seja, é aquela teratológica que consubstancia desprezo do sistema de normas pelo julgado rescindendo. (Precedentes: AgRg no REsp 1180131/SP, Min. Hamilton Carvalhido, 1ª Turma, DJe 02/02/2011; REsp 920516/RS, Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, DJe 08/02/2011; REsp 1233267/RS, DJe 13/04/2011; EDcl no Ag 1371479/MS, DJe 13/04/2011; AgRg no REsp 1244089/RS, DJe 03/05/2011; REsp 1208008/RJ, Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, DJe 14/12/2010; AgRgAR nº 4.530/DF, Min. Luiz Fux, 1ª Seção, in DJe 26/10/2010)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

624  
6

A correta exegese da Súmula 343-STF<sup>9</sup> consiste na premissa de que, sendo o texto legal de interpretação controvertida **NÃO** há que se falar em ofensa a literal disposição de lei, e consequentemente, **afasta-se** o uso da rescisória como base neste fundamento (art. 485,V, CPC)<sup>10</sup>. Dessa maneira, a existência de dúvidas quanto à interpretação a ser adotada ao dispositivo legal pelos tribunais **impediria** a utilização da ação rescisória com base no inciso em comento, nos termos da súmula 343-STF e em **deferência à coisa julgada**.

Contudo, se à época da prolação da decisão rescindenda, a matéria em julgamento possuía **entendimento CONSOLIDADO** em determinado sentido e se **adota posicionamento CONTRÁRIO**, **cabível** a ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei (art. 485,V), haja vista que o texto legal **não** tinha interpretação controvertida no Tribunal.

Cotejando o aduzido com a situação em comento, tem-se que à época da decisão aqui rescindenda, vale dizer, quando do Mandado de Segurança nº 28635-1 (03.agosto.1998), o tema da estabilidade financeira gozava de total APOIO entre os julgadores - **no qual ainda me incluo** - que comungavam do entendimento da legitimidade de tal benefício, inclusive com o 'status' de direito adquirido. Frise-se também que embora o julgamento da ação mandamental rescindenda **não** tenha sido unânime, em face do voto discrepante do Des. Macedo Malta (fl.261), tal fato **não afasta a regra dos julgamentos da época, sempre em prol da estabilidade financeira**.

<sup>9</sup> **Súmula 343-STF**: "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais".

<sup>10</sup> **CPC - Art. 485**. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: (*omissis*)

**V** - violar literal disposição de lei;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

Neste contexto fático probatório, tem-se por rechaçado o manejo da ação rescisória com fundamento no art. 485, V, CPC, haja vista que a ausência de interpretação controvertida sobre o tema da estabilidade financeira à época do 'writ' rescindendo, afasta a tese da "ofensa a literal disposição de lei".

Bem assim, ainda que se admita que a existência do voto discrepante do Des. Malta consagra a tese da interpretação controvertida, tal fato, por si só, também não legitima a ação rescisória 'sub judice', nos termos da súmula 343-STF, consoante a qual a adoção de interpretação razoável na sentença, ainda que não a melhor, **IMPEDE** o uso da rescisória com base no art. 485, V, do CPC.

Por outro prisma, não se pode relevar que o Supremo Tribunal Federal vem **afastando** a aplicação da Súmula nº 343 quando a violação é em desfavor de normas constitucionais, em razão do princípio da Supremacia da Constituição.

No caso, tem-se a impetração da Ação Rescisória com fundamento no art. 485, V, CPC, por **ofensa** ao art. 5º XXXVI, da CF/88, que trata da garantia ao direito adquirido<sup>11</sup>.

É fato notório que o Supremo Tribunal Federal consagrou em sua jurisprudência o entendimento de que não há direito adquirido a regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente **preserve** o montante global da remuneração e, em consequência, não provoque decurso de caráter pecuniário. (STF: Recurso Extraordinário 653.736 Distrito Federal, Relator Min. Luiz Fux, julgado em 20.agosto.2012).

<sup>11</sup> CF/88, art. 5º - XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

Ocorre que, a despeito da Lei Complementar nº 13, de 30.jan.1995, dispor em seu art. 6º<sup>12</sup>, que o adicional de estabilidade financeira percebido por servidores ativos e inativos constitui-se em **parcela autônoma** incorporada à remuneração do servidor, o art. 17 do mesmo normativo prescreve, expressamente, que **ficam resguardados os direitos adquiridos compatíveis com a Constituição da República Federativa do Brasil**<sup>13</sup>.

Desta feita, em que pese a premissa jurisprudencial de que não existe direito adquirido a regime jurídico, tem-se que a própria LC 13/95 afigura-se **controversa** quando em seu art. 6º fala da parcela autônoma da estabilidade e em seu art. 17 garante os direitos adquiridos compatíveis com a Constituição da República do Brasil.

Bem assim, a **constitucionalidade** do normativo objeto do 'mandamus' rescindendo (Lei nº 11.200/95), **nunca foi afastada**, bem como o do normativo que a revogou e sucedeu, vale dizer, a **Lei 11.629, de 28.janeiro.1999, que permanece em pleno vigor**.

<sup>12</sup> **Lei complementar nº 13, de 30 de janeiro 1995**

**Art. 6º** O adicional de estabilidade financeira percebido por servidores ativos e inativos constitui-se em **parcela autônoma** incorporada à remuneração do servidor, devendo ser expressa em código próprio e convertida monetariamente, pelos seus valores correspondentes a dezembro de 1994.

(Valor alterado pelos arts. 8º e 10 da Lei nº 14.702, de 12 de junho de 2012. Novo valor: acréscimo de 6,34% (seis inteiros e trinta e quatro centésimos por cento), a partir de 1º/05/2012). (Valor alterado pelo art. 4º da Lei nº 15.010, de 20 de junho de 2013 - Novo valor: acréscimo de 7%.)

<sup>13</sup> **Lei complementar nº 13, de 30 de janeiro 1995**

**Art. 17** - Ficam **resguardados os direitos adquiridos** compatíveis com a Constituição da República Federativa do Brasil.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

617  
L

Adrede, a nossa Lei Maior cuida da proteção do direito adquirido (art. 5º, XXXVI), bem como da paridade entre ativos e inativos, NÃO havendo em seu texto qualquer regra que expressa atinente a inexistência de direito adquirido a regime jurídico, cuidando-se, portanto, de entendimento eminentemente jurisprudencial.

Em cotejo ao aduzido, importa indagar **qual seria a lei que o mandado de segurança aqui rescindendo teria violado para legitimar esta ação rescisória com fulcro no art. 485,V, CPC?** É que, repita-se, o direito adquirido consagrado no art. 5º, XXXVI, CF/88 também tem guarida no art. 17 da Lei Complementar nº 13/95, que resguarda os **direitos adquiridos** compatíveis com a Constituição da República Federativa do Brasil.

Bem assim, repita-se mais uma vez, a constitucionalidade da Lei 11.200/95 (objeto do 'writ' rescindendo) nunca foi afastada, bem como o do normativo que a revogou e sucedeu, vale dizer, a Lei 11.629, de 28.janeiro.1999, que permanece em pleno vigor.

E ainda, o direito a paridade entre ativos e inativos é matéria consagrada na constituição e na jurisprudência, nos termos dos artigos 40, §4º e §8º, CF/88.

Assim, em respeito à **letra da Constituição** e ao **princípio da segurança jurídica**, forçoso entender por descabido o manejo da ação rescisória em estudo.

Com efeito, a **Ação Rescisória**, embora seja o meio legal a viabilizar a rescisão do julgado, **não** pode ser utilizada como instrumento para **PERPETUAR** a discussão sobre matéria que já foi decidida, porquanto deve **prevalecer a segurança jurídica representada pelo respeito à coisa julgada**. Frise-se, por pertinente, que a **coisa julgada** se consubstancia em fenômeno jurídico tido pela ordem constitucional como uma das garantias fundamentais do indivíduo, nos termos do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

618  
66

Seguindo este intelecto, a mudança de entendimento na jurisprudência superior NÃO pode justificar, somente por este motivo, a impugnação por via da ação rescisória. Isso porque, após o trânsito em julgado, a lei beneficia a segurança jurídica em lugar da justiça.

Entendo que a função da ação rescisória com base no art. 485, V, CPC não é a tornar mais justa a decisão, tampouco adaptar o julgado a entendimento atual da jurisprudência, mas sim afastar a aplicação repugnante, evidentemente '*contra legem*', o que não se encontra evidenciado no caso vertente, em que, não custa repetir, a segurança foi concedida com amparo em legislação vigente.

Ademais, acaso fosse legítimo o manejo de ação rescisória com o fito de alterar a coisa julgada para novo entendimento, em que pese dominante, estar-se-ia, via transversa, utilizando-se dessa ferramenta como se fosse recurso ordinário com prazo de interposição de dois anos contados após o trânsito em julgado da decisão atacada. (Precedentes: Informativo nº 0412 do STJ, de 19 a 23.outubro.2009; REsp 396.751-RS, DJ 29/3/2006, REsp 181.909-RS, DJ 1º/12/2006; REsp 1.032.814-RS, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 20/10/2009).

Na mesma linha é o magistério de Teresa Arruda Alvim Wambier, para quem "Parece claro que a ação rescisória, medida excepcional que é, não se pode transformar numa ação de revisão, pura e simplesmente, do que tenha sido decidido no processo de onde emanou a decisão rescindenda, como se de uma apelação se tratasse". (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Controle das decisões judiciais por meio de recursos de estrito direito e de ação rescisória. São Paulo: RT, 2002, p. 278).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

619  
L

Com efeito, a proteção da coisa julgada visa **preservar a segurança jurídica**, na qualidade princípio basilar na salvaguarda da pacificidade e estabilidade das relações jurídicas, porquanto o **princípio da segurança jurídica**, do qual se deriva o princípio da confiança, é a base fundamental do Estado de Direito.

Sob este intelecto, ocorrendo o **trânsito em julgado da decisão**, **garante-se a sua imutabilidade** ainda que diante de matéria de ordem pública, de modo a assegurar a observância do princípio da segurança jurídica. (Precedentes: Informativo nº 0468-STJ, de 28 de março a 8 de abril de 2011; AgRg no REsp 752.245-MG, DJe 16/11/2009; AgRg no Ag 1.275.364-SP, DJe 5/5/2010; REsp 917.974-MS, julgado em 5/4/2011; AgRg no Ag 1343260/SC, Ministro Og Fernandes, DJe 09/03/2011; Informativo nº 0384-STJ, de 16 a 27 de fevereiro de 2009; REsp 251.716-SP, DJ 18/9/2000; REsp 851.904-MG, DJ 9/10/2006; REsp 1.003.800-RS, julgado em 17/2/2009).

A título de ilustração sobre a **autoridade da coisa julgada**, destaco os seguintes excertos jurisprudenciais:

"vícios, **ainda que de ordem pública**, ocorridos no processo de conhecimento, **NÃO têm o condão de transpor a autoridade da coisa julgada** e irradiar efeitos na fase de execução."

(REsp 695.445/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 12/5/2008).

"(...) as questões efetivamente decididas no processo de conhecimento (ACP) de forma definitiva, **ainda que de ordem pública**, como a legitimidade 'ad causam', **NÃO** podem ser novamente debatidas, sobretudo no processo de execução, **sob pena de vulneração à coisa julgada**."

(Informativo nº 0468-STJ, de 28 de março a 8 de abril de 2011)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

620  
66

Por conseguinte, se a coisa julgada tem o condão de blindar a decisão de mérito ainda que em caso de matéria de ordem pública, **igualmente INVIÁVEL** a alteração do veredicto pela via da **rescisória** sob o pretexto de adaptá-lo a entendimento jurisprudencial hoje dominante.

A despeito de a Administração Pública estar adstrita à observância do princípio da legalidade, por força do art. 37, da Constituição Federal<sup>14</sup>, deve o poder público observar outros princípios, notadamente o da **segurança jurídica**, **corolário do Estado Democrático de Direito**, previsto no art. 1º da Lei Maior<sup>15</sup>. (Precedentes: MS 15330/DF, Min. Luiz Fux, DJe 17.12.2010; MS 9112/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Corte Especial, DJ 14/11/2005).

Dentro deste contexto, há de se considerar que o poder-dever da Administração de invalidar seus próprios atos encontra **LIMITE TEMPORAL** no **PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA**, de índole constitucional, pela evidente razão de que os administrados **NÃO podem ficar indefinidamente sujeitos à instabilidade originada da autotutela do Poder Público**. É que a segurança jurídica, como sub-princípio do Estado de Direito, assume valor ímpar no sistema jurídico, cabendo-lhe papel diferenciado na realização da própria idéia de justiça material.

Assim, sendo a prescrição (tal como a decadência) instituto concebido **em favor da estabilidade e da segurança jurídicas** nas relações de direito público, as prescrições administrativas em geral, seja em ações judiciais tipicamente administrativas seja no processo administrativo, devem

<sup>14</sup> **CF/88 - Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de LEGALIDADE**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (omissis)

<sup>15</sup> **CF/88 - Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como fundamentos: (omissis)





621  
68

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

---

sujeitar-se ao **prazo qüinqüenal**, cuja previsão legal ocorreu precipuamente no **Decreto 20.910, de 06 de janeiro de 1932**<sup>16</sup>, prazo posteriormente ratificado na Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (art. 54)<sup>17</sup>.

Neste sentido, destaco: "**Nas relações de direito público, o prazo prescricional QÜINQÜENAL do Decreto 20.910/32 deve ser aplicado a todo e qualquer direito ou ação contra a fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for sua natureza.**" (Precedentes: Informativo nº 0428, de 22.março a 02.abril.2010; AgRgREsp nº 971.616/AC, Relator Ministro Felix Fischer, in DJ 3/3/2008; REsp 444.646-RJ, DJ 2/8/2006; REsp 539.187/SC, DJ 3/4/2006; REsp 751.832-SC, DJ 20/3/2006; REsp 714.756-SP, DJ 6/3/2006; REsp 436.960-SC, DJ 20/2/2006; REsp 1.148.455-SP, DJe 23/10/2009; AgRg no AgRg no REsp 981.480-SP, DJe 13/3/2009; AgRg no Ag 1.041.976-SP, DJe 7/11/2008, e REsp 652.482-PR, DJ 25/10/2004; REsp 1.057.754-SP, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 23.03.2010; AgRg no REsp 1027376/AC, DJe 04/08/2008; AgRg no REsp 1028433/AC, DJe 04/08/2008; REsp 419482/SP, DJ 13/10/2003 p. 404; REsp 313630/RN, DJ 20/08/2001 p. 553).

O prazo qüinqüenal de revisão dos atos administrativos permite, a '*contrario sensu*', a manutenção da eficácia dos mesmos mediante a convalidação pelo transcurso do tempo, tendo aplicação em situações excepcionais, em que avulta grave lesão a direito subjetivo, sendo o seu titular **isento de responsabilidade** pelo ato eivado de vício.

---

<sup>16</sup> **Decreto 20.910, de 06 de janeiro de 1932** - Regula a Prescrição Quinquenal

<sup>17</sup> **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999** - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

**Art. 54.** O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em **cinco anos**, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

622  
6

A função do judiciário é dirimir conflitos. Portanto, deve ser respeitada a autoridade dos veredictos já prolatados e transitados em julgados, sob pena de se destruir o liame de confiança entre a Justiça e a sociedade, e, via reflexa, colocar por terra a certeza do direito consagrado nas decisões judiciais, dando margem à imprevisibilidade e a inconstância das relações já chanceladas pelo Poder Judiciário.

À luz de todas essas considerações, voto pela **improcedência** da presente ação Rescisória.

Em tempo, faço ressalva ao despacho do nobre Relator Des. José Ivo de Paula Guimarães (em 31.07.2013, fls.549/550), que determinou a **exclusão da presente lide** da Sra. Maria do Socorro Sampaio Pires Ferreira, pois embora impetrante na ação mandamental rescindenda (fl.20), **NÃO** foi indicada como demandada na ação rescisória em epígrafe. Logo, preclusa qualquer medida judicial no sentido de atacar a coisa julgada do 'mandamus' nº 28.6351 com relação à impetrante **Maria do Socorro Sampaio Pires Ferreira**, porquanto expirado o prazo decadencial da ação rescisória, vale dizer, dois anos após o trânsito em julgado (art.495, CPC)<sup>18</sup>, que 'in casu' deu-se em 05.dezembro.2007 (fl.314).

Bem assim, importa registrar a exclusão da lide da **Sra. Maria Isabel da Rocha**, a pedido do Estado autor, em virtude de seu **falecimento** (fls.431/432, 441 e 549/550), cujo deferimento também está assinalado no citado despacho do relator (fls.549/550). Assim, também consagrada a coisa julgada do 'mandamus' nº 28.6351 com relação a algum dependente que porventura possa existir, posto que, repita-se, o ato de exclusão da lide deu-se **a requerimento do Estado autor**, que não consignou qualquer providência pela habilitação do substituto.

<sup>18</sup> **CPC - Art. 495.** O direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão.



623  
68

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

---

É como voto.

Recife, 05 de Maio de 2005.



Des. Eduardo Augusto Paurá Peres





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**CORTE ESPECIAL**

**11.11. 2013**

**AÇÃO RESCISÓRIA Nº 170367-3**

**AUTOR: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RÉU: EDITH ALVIM DA ROCHA E OUTROS**

**RELATOR: DESEMBARGADOR IVO DE PAULA GUIMARÃES**

**REVISOR: DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO**

**RELATÓRIO CONSTA NAS FLS. 416/417 DOS AUTOS.**

---

**VOTO DO RELATOR CONSTA NAS FLS. 566/572 DOS AUTOS.**

---

**VOTO DO RELATOR CONSTA NAS FLS. 573/582 DOS AUTOS.**

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES (PRESIDENTE)**

**A Turma está de acordo em julgar improcedente o pedido rescisório.**

**Está em discussão.**

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES**

**Senhor Presidente.**

Vou pedir vista dos autos, porque essa matéria já foi julgada pela enésima vez por essa Corte. O entendimento da Turma diverge da matéria que foi objeto de repercussão geral, diz respeito a regime jurídico, sobre o qual não há direito adquirido. Essa Lei Complementar nº 13, já está mais do que discutida por essa Casa e eu temo que uma jurisprudência sazonal venha, aqui acolá, trazer insegurança jurídica, sim, porque não se pode deixar de considerar os precedentes da própria Corte.

Eu esperava que a Turma fizesse menção aos precedentes da Corte, embora respeite a divergência; mas, essa divergência é vencida. E é preciso que se saliente que estamos julgando o caso pela enésima vez. Para não incidir em qualquer equívoco de premissa de base, peço vista dos autos para fazer um histórico jurisprudencial da Corte nessa matéria, até porque, aqui acolá, a Corte está revendo as suas decisões e decidindo diferentemente do que já foi decidido, o que me parece em face de uma composição ocasional inclusive da Turma julgadora, poderá dar ensejo a decisões diferentes. Direito adquirido a regime jurídico desde 1983, o min. Francisco Rezek já dizia: que não havia esse direito adquirido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Então, nós estamos discutindo mais uma vez, já salientei da necessidade de constar aqui pela Secretaria Judiciária um índice de julgados para mostrar que determinados temas são reiteradamente votados e julgados e é preciso que se tenha uma compreensão, com clareza, do que estamos julgando e se estamos julgando reiteradamente é preciso que a Corte fique atenta a sua própria jurisprudência. Eu até sinalizei a Vossa Excelência, certa vez, da necessidade da Secretaria Judiciária ter registrado, um cadastro próprio, dos precedentes da Corte, porque estaremos então fazendo decisões sazonais.

Peço vista dos autos.

---

**DESEMBARGADOR IVO DE PAULA GUIMARÃES (RELATOR)**

Senhor Presidente.

Quero fazer uma colocação, inclusive em decorrência do pedido de vista do Des. Jones Figueirêdo, que em alguns casos, não aqui da Corte, mas, no Grupo de Câmaras de Direito Público, tenho me posicionado nesse sentido, mas são processos mais recentes. Com processos antigos, como neste caso aqui, não; sempre mantenho a coerência de julgar dessa mesma forma independentemente do resultado final da Corte. A Corte sempre aqui, como Vossa Excelência menciona, por maioria, é vencedora; o voto dissidente prevalece. Mas continuo com esta afirmação de que a rescisória, em casos como este, não pode valer-se como recurso; então, aplicando, portanto, a Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal.

Então, estou dentro da minha coerência.

Obrigado, Senhor Presidente.

---

**DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO**

Presidente.

Como revisor, o Des. Ivo Guimarães como relator se posicionou bem e eu reconheço razão ao Des. Jones Figueirêdo, esta Corte tem decidido, realmente, de acolher ações rescisórias quando se trata da Lei Complementar nº13. Agora a minha posição vem sendo esta – eu não admito a rescisória depois do processo transitado em julgado, porque não há, na minha ótica, violação a dispositivo literal de lei. Há sim uma interpretação de uma norma que a época foi julgada acolhendo o mandado de segurança em favor dos impetrantes; o Estado recorreu; a decisão foi mantida; transitou em julgado e penso igualmente e assim venho decidindo, embora perdendo no julgamento, a Corte prevalecendo no seu posicionamento, mas a ação rescisória não pode



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

servir de mais um tipo de recurso para modificar um posicionamento de uma época.

Por conta disso justifico a minha posição dizendo que a mantenho. Apesar de que o próprio STJ e STR quando se muda a composição, eles mudam, também, o posicionamento deles, é natural, faz parte da ordem jurídica.

Agradeço, Senhor Presidente.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO**

Senhor Presidente.

Peço vista em sucessivo.

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES**

É porque a matéria, hoje, está em sede de repercussão geral e essa repercussão geral tem efeito vinculante. Mas, já foi pedido vista e vou me permitir trazer, com maior fôlego, exatamente essas colocações que faço agora.

---

**DECISÃO**

"ADIADO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 11.11.2013, EM FACE DOS PEDIDOS DE VISTA SUCESSIVOS DOS EXMOS. DESEMBARGADORES JONES FIGUEIRÊDO E LEOPOLDO RAPOSO, APÓS OS VOTOS DO RELATOR E REVISOR PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA. FALTAM VOTAR OS EXMOS. DESEMBARGADORES FAUSTO CAMPOS, GUSTAVO LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, ADALBERTO MELO (SUBST. O EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO), ROBERTO LINS (SUBST. O EXMO. DES. FREDERICO NEVES), LEOPOLDO RAPOSO, EDUARDO PAURÁ, JOSÉ FERNANDES DE LEMOS E JONES FIGUEIRÊDO. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, EDUARDO SERTÓRIO E FERNANDO FERREIRA".



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**CORTE ESPECIAL**

**02.12.2013**

**AÇÃO RESCISÓRIA Nº 170367-3**

**AUTOR: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RÉU: EDITH ALVIM DA ROCHA E OUTROS**

**RELATOR: DESEMBARGADOR IVO DE PAULA GUIMARÃES**

**REVISOR: DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO**

**VOTO VISTA DO DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES CONSTA NAS FLS. 587/592 DOS AUTOS.**

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES (PRESIDENTE)**

Senhores Desembargadores.

Como bem disse o Des. Jones Figueirêdo trata-se de estabilidade financeira reconhecida por sentença judicial transitada em julgado e o Estado ingressou com uma rescisória. Já conhecemos o ponto de vista do eminente Des. De Paula Guimarães que vota no sentido da improcedência no que foi acompanhado pelo revisor Des. Agenor Ferreira. O Des. Jones Figueirêdo pediu vista e em sucessivo o Des. Leopoldo Raposo. O Des. Jones Figueirêdo, divergindo da Turma, julga procedente a ação para desconstituir o acórdão e julgar improcedente o mandado de segurança.

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES**

Presidente.

Tenho comigo as notas taquigráficas de todos os julgamentos anteriores que considero dispicienda a juntada desses acórdãos com as notas taquigráficas porque faço referência na ementa dos acórdãos. Mas importante verificar porque essa matéria, pela enésima vez, vem desafiando algumas divergências, mas, tenho todas as notas taquigráficas a esse respeito que poderei juntar.

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES (PRESIDENTE)**

Inclusive tem decisão do Des. Leopoldo Raposos nesse sentido, tem acórdão nesse sentido onde ele foi revisor do Des. Eduardo Paurá.

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES**

Tem um acórdão na Ação Rescisória nº 71649-2, onde foi relator julgando procedente o pedido rescisório.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES (PRESIDENTE)**

Mas, Des. Leopoldo Raposo tem a palavra.

---

**DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO**

Presidente.

Não tive a oportunidade de receber os autos, razão pela qual na próxima sessão trarei o meu voto.

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES (PRESIDENTE)**

Indago se alguém quer adiantar voto.

---

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA**

Gostaria sim, Presidente, de adiantar o voto pedindo vênias ao eminente Des. Leopoldo Raposo, uma vez que a matéria foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, portanto, de natureza vinculante.

Acompanho integralmente o voto divergente do eminente Des. Jones Figueirêdo, julgo procedente a ação rescisória e prosseguindo, denego a segurança.

---

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**

Com o relatar.

---

**DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS**

Pedindo vênias ao Des. Leopoldo, acompanho a divergência.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO**

Seria uma hipocrisia dizer que vou aguardar voto do Des. Leopoldo; claro que sempre o Des. Leopoldo abrilhanta com sua competência e inteligência. Mas, é que eu tenho posição tão firmada, é um dogma para mim, muito antes da repercussão geral decretada no Supremo Tribunal, é de uma evidência atroz.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Lamento é que isso possa causar transtornos, por exemplo, juiz de primeiro grau encontra uma decisão dessa publicada, um voto desses, vai seguindo desenvolvendo todo raciocínio contrário ao pensamento do Supremo Tribunal contrário a todas as decisões dessa Corte; não há sequer que não seja; ou é unânime ou é maioria.

Quer dizer, claro que todo mundo tem direito a ter sua opinião, é ótimo isso num colegiado, mas é preciso que se ressalve – esta é a minha posição; não concordo com a outra e estou votando assim, mas reconheço que a posição majoritária, esmagadoramente majoritária, pensa diferente de mim. Então, para evitar esse transtorno já ia pedindo vista quando o Des. Jones Figueirêdo se adiantou e pediu, sabia que ele iria fazer mais e melhor do que eu e fiquei recatado. Mas, agora posso seguir, permita-me Des. Jones Figueirêdo, sem tirar nem por uma única vírgula e um único ponto.

Dou procedente a rescisória e, pela consequência, denegando a segurança.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO FERREIRA LIMA**

Também adianto meu voto e peço vênia ao Des. Leopoldo Raposo e denego a segurança, acompanho integralmente o voto divergente do Des. Jones Figueirêdo.

---

**DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES**

Presidente.

O desembargador Jones Figueirêdo fez referencia a uma posição minha. Salvo melhor juízo, esse feito aqui é de uma conquista de mais de vinte anos atrás e que teve a segurança concedida em noventa, salvo melhor memória, pelo Des. Napoleão.

Quero, Presidente, fazer um cotejamento daquilo que votei antes com essa posição agora dos Des. José Ivo e Agenor Ferreira, relator e revisor, que estão julgando improcedente a ação rescisória e, por isso, peço a Vossa Excelência já que vai ter o pedido de vista do Des. Leopoldo Raposo, que eu tenha em sucessivo esse pedido de vista para fazer uma análise melhor dessa questão para ver a coerência ou não do meu posicionamento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA**

Presidente.

A matéria me é familiar eu só tenho uma inquietação para poder proferir voto, é quem não sei qual foi o tratamento dado à verba honorária. No voto vista não ouvi algo a respeito.

A indagação que faço, então, a Sua Excelência, o autor do voto vista, é como se disciplina a questão da verba honorária em rescisória a vista da eventual prevalência da dissidência.

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES**

Vossa Excelência, como sempre, com uma agudeza que nos ensina sempre. Não há dúvida que a divergência, ela, obriga que haja os efeitos comensais inversos. Eu apenas consultaria Senhor Presidente, e peço apoio da Secretaria Judiciária, com acesso aos autos, com relação à posição da Turma quando aplicou a verba sucumbencial, porque haveria, na hipótese, a sucumbência dos efeitos sucumbenciais inversos.

O voto do eminente Relator ao finalizar fixou a verba honorária em mil reais a ser paga individualmente a cada patrono da parte requerida. No caso, o revisor também na mesma diretiva, foi no sentido de fixar a verba honorária em mil reais de acordo com o art. 20, § 4º.

Então, aditando o voto vista, voto no sentido de estabelecer a verba sucumbencial no valor também de mil reais e, conseqüentemente, invertido os ônus sucumbenciais.

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA**

Ainda uma indagação: salvo engano, o voto relatorial foi de mil reais para cada patrono constituído pelas partes requeridas. A indagação: seria mil reais para cada Procurador do Estado?

---

**DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES**

Não.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA**

Ah! Sim. Então, mil reais a verba honorária.

Acompanho a dissidência.

---

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS**

Presidente.

Essa matéria também me é muito peculiar porque já a enfrentei inúmeras vezes.

Efetivamente, houve um tempo em que apenas um dos ministros do Supremo não admitia, ainda não tinha enfrentado, mas, em sequência, nós tivemos oportunidade em que a decisão era unanime e hoje é aceito o princípio de que nenhum servidor tem direito a regime jurídico. Isso é matéria pacificada e se o servidor pudesse ter direito a esse regime jurídico seria um caos para a Administração. Todos sabem que o que a Constituição resguardou foi não haver a redução nos vencimentos e nos subsídios dos servidores, a irredutibilidade de vencimentos, que não é o caso da matéria ora tratada que diz respeito à estabilidade financeira.

Como já enfrentei inúmeras vezes, com a ressalva de que poderei até evoluir diante do voto do Des. Leopoldo e do Des. Paurá, mas, hoje, e pelo conhecimento que tenho dessa matéria, acompanho na integralidade o voto dissidente do Des. Jones Figueirêdo.

---

**DECISÃO**

"ADIADO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 11.11.2013, EM FACE DOS PEDIDOS DE VISTA SUCESSIVOS DOS EXMOS. DESEMBARGADORES JONES FIGUEIRÊDO E LEOPOLDO RAPOSO, APÓS OS VOTOS DO RELATOR E REVISOR PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA. NA SESSÃO DO DIA 02.12.2013, O EXMO. DES. JONES FIGUEIRÊDO APRESENTOU SEU VOTO DE VISTA PELA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA (PRIMEIRO VOTO DIVERGENTE), NO QUE FOI ACOMPANHADO PELOS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, EDUARDO SERTÓRIO, FAUSTO CAMPOS, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, ROBERTO LINS (SUBST. O EXMO. DES. FREDERICO NEVES), FERNANDO FERREIRA E JOSÉ FERNANDES DE LEMOS. ADIADO O JULGAMENTO EM FACE DO PEDIDO DE VISTA RENOVADO DO EXMO. DES. LEOPOLDO RAPOSO, E, EM SUCESSIVO, DO EXMO. DES. EDUARDO PAURÁ. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADORES GUSTAVO LIMA E ADALBERTO MELO (SUBST. O  
EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO)".**

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

CORTE ESPECIAL – 05.05.2014

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 170367-3 – RECIFE

AUTOR: ESTADO DE PERNAMBUCO

RÉUS: EDITH ALVIM DA ROCHA E OUTROS

RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

REVISOR: AGENOR FERREIRA LIMA

---

ADIADO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 11.11.2013, EM FACE DOS PEDIDOS DE VISTA SUCESSIVOS DOS EXMOS. DESEMBARGADORES JONES FIGUEIRÊDO E LEOPOLDO RAPOSO, APÓS OS VOTOS DO RELATOR E REVISOR PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA. FALTAM VOTAR OS EXMOS. DESEMBARGADORES FAUSTO CAMPOS, GUSTAVO LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, ADALBERTO MELO (SUBST. O EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO), ROBERTO LINS (SUBST. O EXMO. DES. FREDERICO NEVES), LEOPOLDO RAPOSO, EDUARDO PAURÁ, JOSÉ FERNANDES DE LEMOS E JONES FIGUEIRÊDO. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, EDUARDO SERTÓRIO E FERNANDO FERREIRA.

---

VOTO VISTA DO DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO ÀS FLS. 597/601 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (PRESIDENTE)

Remanesce a votar o Desembargador Eduardo Paurá. Indago a Vossa Excelência se Vossa Excelência pretende proferir o voto?

---

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ

Não, Presidente. Eu pedi vista em sucessivo, logo quando Vossa Excelência pediu vista, mas não recebi esses autos, até hoje.

---

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (PRESIDENTE)

Os autos vão ser remetidos.

---

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ

Segunda-feira eu trago, Presidente, com certeza. Aliás, o julgamento já está definido, mas quero trazer o meu posicionamento por escrito.

632



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DECISÃO:**

"ADIADO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 11.11.2013, EM FACE DOS PEDIDOS DE VISTA SUCESSIVOS DOS EXMOS. DESEMBARGADORES JONES FIGUEIRÊDO E LEOPOLDO RAPOSO, APÓS OS VOTOS DO RELATOR E DO REVISOR PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA. NA SESSÃO DO DIA 02.12.2013, O EXMO. DES. JONES FIGUEIRÊDO APRESENTOU SEU VOTO DE VISTA PELA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA (PRIMEIRO VOTO DIVERGENTE), NO QUE FOI ACOMPANHADO PELOS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, EDUARDO SERTÓRIO, FAUSTO CAMPOS, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, ROBERTO LINS (SUBST. O EXMO. DES. FREDERICO NEVES), FERNANDO FERREIRA E JOSÉ FERNANDES DE LEMOS. ADIADO O JULGAMENTO EM FACE DO PEDIDO DE VISTA RENOVADO DO EXMO. DES. LEOPOLDO RAPOSO, E, EM SUCESSIVO, DO EXMO. DES. EDUARDO PAURÁ. NA SESSÃO DO DIA 17.03.2014, FOI ADIADO O JULGAMENTO POR RENOVAÇÃO DO PEDIDO DE VISTA DO EXMO. DES. EDUARDO PAURÁ, APÓS O VOTO DE VISTA DO EXMO. DES. LEOPOLDO RAPOSO JULGANDO PROCEDENTE A AÇÃO RESCISÓRIA. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS. DESEMBARGADORES GUSTAVO LIMA E ADALBERTO MELO (SUBST. O EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO)."

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

CORTE ESPECIAL – 05.05.2014

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 170367-3 – RECIFE

AUTOR: ESTADO DE PERNAMBUCO

RÉUS: EDITH ALVIM DA ROCHA E OUTROS

RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

REVISOR: AGENOR FERREIRA LIMA

---

ADIADO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 11.11.2013, EM FACE DOS PEDIDOS DE VISTA SUCESSIVOS DOS EXMOS. DESEMBARGADORES JONES FIGUEIRÊDO E LEOPOLDO RAPOSO, APÓS OS VOTOS DO RELATOR E DO REVISOR PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA. NA SESSÃO DO DIA 02.12.2013, O EXMO. DES. JONES FIGUEIRÊDO APRESENTOU SEU VOTO DE VISTA PELA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA (PRIMEIRO VOTO DIVERGENTE), NO QUE FOI ACOMPANHADO PELOS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, EDUARDO SERTÓRIO, FAUSTO CAMPOS, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, ROBERTO LINS (SUBST. O EXMO. DES. FREDERICO NEVES), FERNANDO FERREIRA E JOSÉ FERNANDES DE LEMOS. ADIADO O JULGAMENTO EM FACE DO PEDIDO DE VISTA RENOVADO DO EXMO. DES. LEOPOLDO RAPOSO, E, EM SUCESSIVO, DO EXMO. DES. EDUARDO PAURÁ. NA SESSÃO DO DIA 17.03.2014, FOI ADIADO O JULGAMENTO POR RENOVAÇÃO DO PEDIDO DE VISTA DO EXMO. DES. EDUARDO PAURÁ, APÓS O VOTO DE VISTA DO EXMO. DES. LEOPOLDO RAPOSO JULGANDO PROCEDENTE A AÇÃO RESCISÓRIA. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS. DESEMBARGADORES GUSTAVO LIMA E ADALBERTO MELO (SUBST. O EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO).

---

VOTO VISTA DO DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ ÀS FLS. 607/623 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Muito obrigado, Desembargador Paurá Peres. Apenas acentuar que a turma também votou pela improcedência da Ação Rescisória, o Relator e o Revisor. Agora, quem puxou a divergência foi o Desembargador Jones Figueirêdo, no pedido de vista. Queria só saber se houve pronunciamento com relação aos consectários da sucumbência?

---

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ

Ele não faz mais nenhum comando aqui.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESSEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Vamos inverter o ônus da sucumbência?

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Consulto àqueles que se posicionaram pela procedência se é possível inverter o ônus. Mas, não houve sucumbência também no Mandado de Segurança?

---

**DESSEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

O Relator deve ter fixado no voto, ele votava pelo improvimento da Rescisória. O Relator foi o Desembargador Agenor?

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Foi o Desembargador José Ivo de Paula Guimarães, que votou pela improcedência do pedido rescindendo.

---

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**

Presidente, pela ordem. Honorários sucumbenciais não havia por se tratar de Mandado de Segurança, só será custas.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Sim. Essa é a preocupação. Mas, nós precisamos definir na Ação Rescisória.

---

**DESSEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Estamos em sede de Rescisória.

---

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES**

O resultado da Rescisória foi pela procedência?

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Foi pela procedência da Ação Rescisória.

---





634

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES**

Então, aí, decorre a condenação.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

A necessidade da condenação na carga sucumbencial. Mas, como a turma foi pela improcedência... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES**

A turma foi pela improcedência. Quem deveria desencadear a fixação dos honorários seria o voto condutor da divergência?

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

É isso que eu estava querendo saber. O Desembargador Agenor pode nos auxiliar: houve alguma fixação de honorários?

---

**DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA**

Não me recordo se fixei. Agora, se no Mandado de Segurança que foi julgado procedente... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Mas, é uma Rescisória.

---

**DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA**

Bom, a Rescisória, que é uma decorrência de anulação do Mandado de Segurança, vem arbitrando honorários advocatícios. Eu julguei pela improcedência, fica considerado... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Vossa Excelência e o Desembargador José Ivo.

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ

O Relator conclui:

*"Ante o exposto, tendo em vista que a pretensão do demandante subsume-se à rediscussão de matéria acobertada pela preclusão pro judicato, voto no sentido de julgar improcedente a presente ação rescisória, condenando a parte autora em honorários advocatícios no valor de R\$1.000,00 (um mil reais), a ser pago individualmente a cada patrono da parte requerida."*

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Esse foi o voto do Desembargador José Ivo na Ação Rescisória?

---

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ

Na Ação Rescisória.

---

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES

Condenando o Estado. Agora, a maioria é pela procedência. E, sendo uma ação autônoma, penso eu que não se pode extrair nenhuma ilação do Acórdão, se foi do Mandado de Segurança. Ela é uma Ação Rescisória. Foi julgada procedente e a norma diz... (interrompido)

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

É uma ação autônoma de impugnação. Cabe a carga sucumbencial.

---

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES

Exatamente.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA

Mas, esse é o voto do Desembargador José Ivo, que era o Relator, e votou pelo improvimento da Rescisória. Como o Desembargador Jones, que foi o condutor do voto vencedor, não fixou honorários, eu sugeri: vamos inverter. Quanto foi que o Desembargador José Ivo fixou? Fixou R\$1.000,00 (um mil reais). Está bom.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Não. Fixou R\$1.000,00 (um mil reais) para cada um. São seis autores, são R\$6.000,00 (seis mil reais).

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA

Está bom, R\$6.000,00 (seis mil reais).

---

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES

Invertendo-se o ônus.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA

Eu faria solidariamente.

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Porque não houve ônus da ação de Mandado de Segurança. O que o Desembargador Jorge Américo sugere é que aquela proposição feita pelo Desembargador José Ivo, que foi o Relator desta Ação Rescisória, seja aplicada agora para a hipótese de procedência da Ação Rescisória.

---

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ

Mas, isso foi uma proposição só do Relator. Foi voto vencido.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA

Mas, Desembargador Paurá, é matéria de ordem pública. Então, nós podemos, independente do Desembargador do voto condutor não estar aqui, do autor...(interrompido)

---

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Acho que não haveria a necessidade da presença do Desembargador José Ivo porque ele está sendo vencido. A turma foi vencida.

---

635



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO LIRA**

Tão pouco do Desembargador Jones. Então, vamos fixar por equidade.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Acho que sim.

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES**

Então, julgada procedente a ação, desconstituído o Acórdão, condenando os autores nas custas e honorários de R\$6.000,00 (seis mil reais). Que implica na inversão.

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA**

Desembargador Jovaldo, eu diria em R\$1.000,00 (um mil reais), solidariamente, considerados eles.

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES**

Não. Estou falando em R\$6.000,00 (seis mil reais), porque são seis autores. A inversão dá R\$6.000,00 (seis mil reais).

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA**

Mas, veja: se fossem trezentos autores, a gente iria ter R\$300.000,00 (trezentos mil reais). Por equidade...(interrompido)

---

**DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ**

Presidente, o valor da causa da Rescisória foi de R\$1.000,00 (um mil reais). O Estado sequer atualizou o valor lá de trás. Então, fica em R\$1.000,00 (um mil reais) dividido por seis.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

É. Porque a gente não sabe. R\$1.000,00 (um mil reais) para cada um, se for atualizar isso, pode dar uma importância significativa para os autores.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA**

Certamente vai dar, Presidente.

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES**

Vamos fixar o valor, agora, aqueles que votaram. Então, de quanto seria a sugestão aí?

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA**

De R\$1.000,00 (um mil reais) de honorários de advogados, da sucumbência. Solidariamente considerado. Pronto.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Pronto. Está bem assim: R\$1.000,00 (um mil reais)?

---

**DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA**

Senhor Presidente, eu quero me posicionar contrário. Embora reconheça a autonomia da Ação Rescisória; mas penso que ela vai rescindir o Mandado de Segurança. E, se não cabe no Mandado de Segurança, onde eles ganharam a ação, vinham sendo implantados os direitos, o Estado entra com uma Ação Rescisória. Penso que não seria razoável se condenar, muito embora ela seja uma ação autônoma. Só porque ela está a rescindir Mandado de Segurança. É um pensamento meu, talvez absurdo, mas... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Mas, Desembargador, não tem nada de absurdidade no pensamento de Vossa Excelência. Vossa Excelência deve estar chamando a intervir e assim eu entendo, é o princípio da isonomia: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Quer dizer, se não há condenação no Mandado de Segurança, se o impetrante tivesse sido vitorioso, ele não teria honorários, não é? Mas, como o autor da Ação Rescisória foi vencido, aí ele vai suportar o pagamento dos honorários.

Acho um entendimento razoabilíssimo, sem dúvida nenhuma. E há quem sustente, na doutrina, essa posição. Mas, é pacífico o entendimento, hoje, no



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

sentido de que cabe a carga sucumbencial na Ação Rescisória. Mas, compreendo perfeitamente a preocupação de Vossa Excelência.

---

**DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA**

Gostaria, só, que Vossa Excelência registrasse.

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Já está consignado. Sem dúvida alguma. Mas, então, R\$1.000,00 (um mil reais)... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA**

Presidente, até nos Embargos à Execução de um Acórdão em Mandado de Segurança?

---

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES**

Mas, em uma ação que alguém litigasse sobre os auspícios da Justiça Gratuita, a regra era a mesma?

---

**DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)**

Não. Mas, Justiça Gratuita, aí... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ**

A Justiça Gratuita aqui é só para o Estado. O Estado é quem goza da Lei nº 1.060.

---

**DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA**

A Justiça Gratuita tem honorários, ela só não é executado.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Mas, nós precisamos definir aqui. Então: honorários em R\$1.000,00 (um mil reais), para os seis vencidos. Está certo assim? Apenas com o voto divergente do Desembargador Agenor.

---

**DECISÃO:**

"POR MAIORIA DE VOTOS, JULGOU-SE PROCEDENTE OS PEDIDOS RESCINDENDO E RESCISÓRIO, COM CARGA SUCUMBÊNCIAL CONSISTENTE NO PAGAMENTO DAS CUSTAS DE VERBA HONORÁRIAS ADVOCATÍCIAS NA IMPORTÂNCIA DE 1.000,00 (HUM MIL REAIS) A CARGO DOS SEIS AUTORES VENCIDOS SOLIDARIAMENTE".

---

*fc*